



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL**

**RELATÓRIO REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO
EXERCÍCIO DE 2015**

1 – INTRODUÇÃO

O presente relatório foi formatado tendo como lastro, as informações apuradas nos demonstrativos apresentados pela Contabilidade nos moldes da LRF. Destes, foram observados os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO bimestrais, Relatório de Gestão Fiscal – RGF quadrimestrais e demais peças contábeis que se fizeram necessárias para complementar o entendimento sobre alguns pontos.

Os comentários resultantes compõem um resumo daqueles, oportunizados nos relatórios quadrimestrais enviados tempestivamente ao Tribunal de Contas do Estado, nos quais contemplam na sua grande maioria, ponderações referentes ao último quadrimestre.

Sobretudo, os demais fatos, estão consubstanciados como resultado do acompanhamento das rotinas processuais, orientações e recomendações proferidas no decorrer do exercício.

Neste contexto em cumprimento das disposições dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, do artigo 51 da Constituição Estado, da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 13/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, este Controle Interno apresenta o Relatório Anual do Órgão de Controle Interno no período de Janeiro a Dezembro de 2015, estruturado em observância ao diploma legal vigente.

1.1 – APRESENTAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, o Órgão de Controle Interno elabora o Relatório Anual de Controle Interno com base nos Relatório Resumido da Execução Orçamentária 1º ao 6º Bimestre e de Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 1º ao 3º Quadrimestre das Despesas do Poder Executivo, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, com análise e considerações norteadas nos mandamentos constitucionais e nas orientações contidas na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei nº 4.320/64 e nos demais normativos legais sobre a matéria, com vistas a contribuir para a análise do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO.

Em 31/12/2015 a Controladoria Geral do Município contava com os seguintes integrantes:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Quadro 01 - Compõe a equipe da CGM:

SERVIDOR	MATRÍCULA	FUNÇÃO
Sônia Felix de Paula Maciel	296	Controlador Geral do Município
Gislaine de Meira	2371	Assessora de Controle Interno
Cleonice Santana	2600	Assessora de Controle Interno
Ronilda Gertrudes da Silva	5412	Assessora de Apoio Administrativo

Fonte: Folha de ponto mensal de dezembro de 2015

2 - METODOLOGIA E ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

A metodologia utilizada pelo Controle Interno para elaboração do presente envolveu análise e comparativos dos resultados alcançado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre, Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre de 2015.

Imperioso destacar que, nos termos do artigo 1º da Lei Municipal nº 186 de 2003, que a Unidade de Controle Interno tem por finalidade:

- I – fiscalizar a legalidade e avaliar resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, quanto à sua eficiência e eficácia.
- II – acompanhar o cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual, execução do orçamento e dos programas de trabalhos;
- III – promover orientação as Unidades Administrativas com vistas à racionalização da execução da despesa;
- IV – Coordenar e executar o programa de controladoria interna, a fim de assessorar as Unidades Administrativas na prática de atos de gestão, encaminhando os relatórios ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação pertinente;
- V – subsidiar as Unidades Administrativas no planejamento, orçamento e programação financeira com informações oportunas que permitam aperfeiçoar o desempenho das atividades;
- VI – acompanhar os prazos de entrega dos relatórios de gestão fiscal, de execução orçamentária, e demais relatórios e informações exigidas pela legislação pertinente;
- VII – acompanhar e analisar os limites constitucionais e legais estabelecidos para a despesa pública;
- VIII – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- IX – dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado de qualquer irregularidade ou ilegalidade;
- X – desempenhar as demais funções institucionais e constitucionais previstas.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

3 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Em cumprimento das disposições dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, do artigo 51 da Constituição Estado, da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 13/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, este Controle Interno apresenta o Relatório Circunstanciado de Gestão Fiscal do Poder Executivo período de Janeiro a Dezembro de 2015, com base no Relatório Resumido de Execução Orçamentária 6º Bimestre e de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre/2015 e Balanço.

Este relatório foi estruturado em rigorosa observância ao diploma legal vigente, consoante ao que expressa o contido no parágrafo anterior, que orienta as atividades do Controle Interno nos seguintes termos:

A Constituição Federal, sobre as atividades do Controle Interno, assim dispõe:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Constituição Estadual, sobre a matéria, seguindo as diretrizes da Carta Magna, assim definidas as atribuições do controle interno:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabeleceu no parágrafo único do artigo 54 que o relatório de Gestão Fiscal será assinado pelas autoridades responsáveis e pelo Controle Interno. Assim dispõe o retro mencionado diploma:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Parágrafo único, O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou Órgão referido no art. 20.

Igualmente, no artigo 59 da Lei Complementar nº 101 definiu responsabilidade aos Sistemas de Controle Interno quanto à fiscalização da Gestão Fiscal:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscaliza o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

- I – atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II – limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III – medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;
- IV – providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V – destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar.

Observaram-se os preceitos da Instrução Normativa nº 013 de 18 de novembro de 2004 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO, de acordo com o artigo 11, inciso II, assim dispõe:

Art. 11. Os Prefeitos Municipais remeterá ao Tribunal de Contas: relatório circunstanciado evidenciando sobre as atividades desenvolvidas no período, no qual deverá ser incluído exame comparativo em relação aos últimos três exercícios, em termos qualitativos e quantitativos, das ações planejadas na Lei do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, e das ações efetivamente realizadas, com especial enfoque sobre os programas voltadas às áreas de educação, saúde segurança e obras públicas.

No contexto da norma supracitada, foram elaborados os relatórios quadrimestrais, encaminhados tempestivamente à Corte de Contas, pelo quais passa então os relatos em síntese, tendo base os RGF do terceiro quadrimestre.

A Prefeitura Municipal de Buritis sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial nos termos da Constituição Federal, artigo 31; Instrução Normativa de número 007/TCE-RO-2002 e Instrução Normativa de número 013/TCE-RO-2004, através do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Buritis, apresenta o Relatório referente ao exercício de 2015, nos termos a seguir:



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL**

- a) Introdução;
- b) Almojarifado e Patrimônio;
- c) Licitações e Contratos Administrativos dispensas e inexigibilidade de licitação;
- d) Contabilidade;
- e) Lei de Responsabilidade Fiscal;
- f) Despesas com ensino e aplicação em ações metas e programas, preconizados com PPA, LDO e LOA, com serviços públicos de Saúde, Educação e Assistência Social e Trabalho;
- g) Índices Constitucionais e sua Evolução
- h) Recomendações/Notificações;
- i) Conclusões.

4 – ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

4.1 – Almojarifado

O responsável pelo almojarifado é o Servidor Leomir Gonçalves do Nascimento. O prédio do almojarifado da Prefeitura Municipal de Buritis continua necessitando de adequações em alguns pontos de sua estrutura, na inspeção anterior, detectamos alguns problemas, bem como: Refrigeração inadequada, falta de prateleiras, necessidade de reorganização de acondicionamento dos materiais, Ex. Peças em local específico, material permanente entre outros, para melhor visualização e controle das retiradas, adequações estas necessárias para oferecer um ambiente que esteja totalmente apto para receber e armazenar materiais, equipamentos e demais bens.

Realizamos visita *in-loco*, onde constatamos que houve sim várias adequações, mas não suficientes para o bom funcionamento das atividades. A limpeza e organização do ambiente melhorou consideravelmente em relação à última vista.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Verificamos também, que o processo para compra de madeira para confecção das prateleiras, está na fase de licitação, em nova indagação, verificamos que o processo encontra-se parado, a Secretaria de Administração - SEMA, justificou que os comércios não estão querendo realizar as cotações, não tendo êxito até esta fase, permanecendo a previsão ainda de 45 (quarenta e cinco) dias, para que as mesmas estejam instaladas. Fica os Responsáveis **responsabilizados** pelo não andamento do assunto neste exposto, (SEMA e SETOR DE ALMOXARIFADO E CPL)

Os procedimentos de recebimento dos materiais/produtos, bem como atesto das notas fiscais são realizados por comissão própria de recebimento, os materiais permanentes são entregues e efetuados os cadastramentos no sistema conforme normas do Tribunal de Contas, com relação aos serviços realizados pela Comissão, estão em conformidade com o que esta Controladoria vem orientando.

Considerando o exposto, reiteramos as orientações para que sejam realizadas as adequações necessárias do local, para melhor armazenamento dos produtos/materiais, salientando a importância do controle dos recebimentos e repasses dos equipamentos, materiais e produtos. Verificamos *in loco* a realização dos serviços executados referente ao tombamento dos bens permanentes. Não detectamos pendências neste sentido.

Informamos também que o estoque é controlado por sistema eletrônico, onde são registradas as entradas e saídas das mercadorias, as pendências quanto à escrituração interna no controle do estoque, em contra proposta ao deparado, foram providenciadas junto ao sistema de contabilidade. O recebimento das mercadorias é realizado por comissão própria, designada através do Decreto Municipal de número 5702/GAB/PMB/2015, composta pelos seguintes servidores:

- Leomir Gonçalves do Nascimento - Presidente;
- Sirlene Gonçalves Pereira – Membro
- Valdenice Leite Salarolli - Membro – Membro

Componentes da comissão com conhecimento específico na área de informática, mecânica, para dar suporte no recebimento.

- Thiago Manoel Alves Oliveira – Membro (área de informática)
- Ednelson Vinicius Carneiro de Freitas – Membro (área de informática)
- Glauco Souza de Abreu – Membro (mecânica)
- Claudi Silva de Matos – Membro (mecânica)



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Após o recebimento das mercadorias pela Comissão, é realizado o lançamento das mesmas no Sistema de Informática, confrontando as notas fiscais com as notas de empenho da Prefeitura, para maior controle das mercadorias.

Fica neste, Notificados (as) os responsáveis conforme Recomendações realizadas por diversas vezes, para adequações que por hora se fazem necessárias, solicitadas das Secretarias Municipais de Administração e responsável pelo Prédio, expedida através do Memorando de nº 017/CGM/PMB/2015, datado de 07 de Abril de 2015, expedido por esta Controladoria, com recebido dia 22 de Abril de 2015, sobre todas às pendências encontradas após inspeção.

4.2 – Patrimônio

Como já recomendamos no relatório do Primeiro, Segundo e Terceiro Quadrimestre de 2015, verificamos que, não fora realizado até o momento levantamento minucioso sobre os bens patrimoniais.

Considerando o assunto neste exposto é de grande necessidade, solicitamos medidas urgentes quanto à regularização da situação patrimonial do Município.

Recomendamos novamente ao Executivo Municipal, Setor de Contabilidade e Setor de Patrimônio e Almoxarifado, no sentido de que seja providenciado Inventário minucioso do exercício de 2015, relação dos bens inservíveis e antieconômicos.

Como já foi recomendado, persistimos na solicitação para abertura de processo administrativo próprio, para o desfazimento dos bens inservíveis e antieconômicos.

5 – Das Licitações, Dispensas e Inexigibilidade de Licitação

Ao longo do exercício de 2015, foram realizadas compras e contratações de serviços no montante de R 12.605.556,94 (doze milhões, seiscentos e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa e quatro centavos), sendo apresentado abaixo o quadro sintético das compras, por modalidade:

QUADRO 02

Modalidade	Procedimentos	Compras
Carta Convite	00	-----
Dispensa de Licitação	74	R\$ 2.956.348,88
Inexigibilidade de Licitação	14	R\$ 511.544,53



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Pregão Presencial	2	R\$ 138.672,95
Pregão Eletrônico	28	R\$1.159.798,07
Pregão Eletrônico /(SRP)	21	R\$ 6.052.478,66
Pregão Eletrônico/SRP (carona) (3º quadrimestre) .	01	R\$ 237.660,00
Tomada de Preços	07	R\$ 1.549.053,85
Concorrência	00
TOTAL	147	R\$ 12.605.556,94

Verificamos que aumentou o número de Dispensas de Licitação com relação ao exercício anterior. Foram realizados 74 (setenta e quatro) procedimentos nesta modalidade, que somam R\$ 2.956.348,88 (dois milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e oito centavos), ante 25 (vinte e cinco) procedimentos de Dispensa de Licitação, que somam R\$ 216.912,54 (duzentos e dezesseis mil , novecentos e doze reais e cinquenta e quatro centavos), do ano de 2014. Tal diferença ocorreu, por conta de inúmeros Mandados Judiciais para compra de medicamentos, os quais o Município não atende na Atenção Básica, por ser medicamento de Alta Complexidade, e Buritis atende somente a atenção Básica de Saúde, e com um diferencial, os referidos mandados são para compras imediatas, outro fator relevante para o expressivo valor foi a Contratação Emergencial de 03 (três) meses para a prestação de serviços de transporte escolar.

Observamos ainda que houve redução do número de pregões presenciais, buscando cumprir com a SÚMULA N. 6/TCE-RO do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, o qual através da referida súmula, nos traz a luz a seguinte decisão:

Para a contratação de bens e serviços comuns deve ser utilizada, preferencialmente, a modalidade pregão na forma eletrônica. A utilização de modalidade e forma diversas, por se tratar de via excepcional, deve ser precedida de robusta justificativa que demonstre que ensejará resultado economicamente mais vantajoso que a modalidade pregão na forma eletrônica.

Logo, continuaremos RECOMENDANDO que prossiga reduzindo o número de Pregões Presencias mantendo a realização do PREGÃO ELETRÔNICO como regra para a contratação dos serviços e aquisição de mercadorias.

Observamos que as licitações realizadas no período bem como as dispensas e inexigibilidades estão sendo devidamente publicados nos meios necessários.

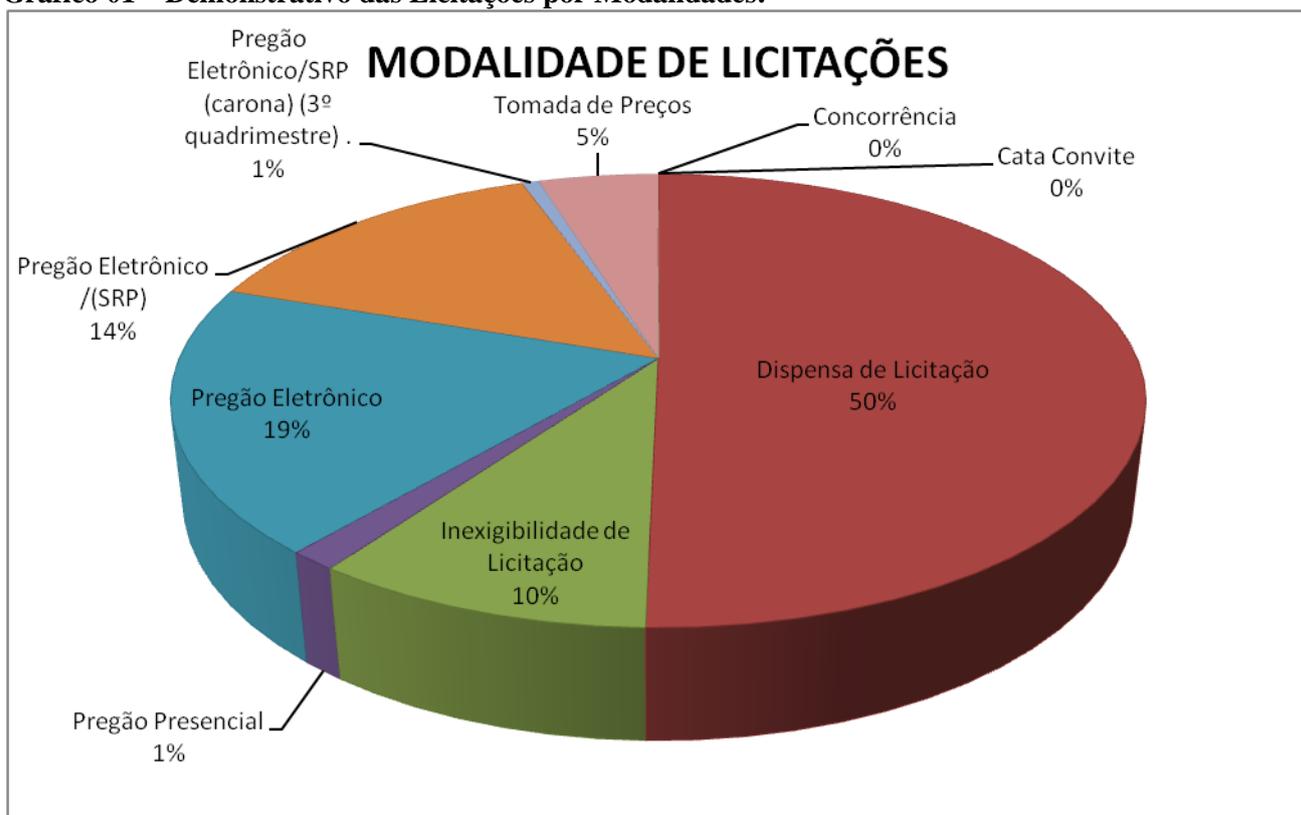


ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

5.1 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS LICITAÇÕES

Para viabilizar as aquisições de bens e serviços no transcorrer do exercício, foram efetivadas as licitações conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93, 8.745/93 e 10.520/2002. Para alcance desta informação foi acompanhado junto a Comissão Permanente de Licitação, o volume de licitações por modalidade e valores. Diante de tais premissas foi planilhado e elaborado o gráfico 01, pelo qual se tem uma noção deste comportamento.

Gráfico 01 – Demonstrativo das Licitações por Modalidades:



Elaborado pela CGM / Fonte: CPL – 2015

Conforme se observa, 14% em termos quantitativos das aquisições do Município deram-se na modalidade Pregão Eletrônico (SRP). Isto comprova a intenção da Gestão em ampliar suas aquisições por esta modalidade, ampliando dentro das possibilidades de gestão do Município, a concorrência na busca por menores preços.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Considerando o somatório do percentual das modalidades realizadas de Pregão Eletrônico com o Presencial, percebe-se que do total das licitações do Município 20%, foram realizadas na modalidade Pregão, cumprindo as recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado, quais dentre as possibilidades de se licitar 65% foram distribuídas nas demais modalidades instituídas pela Lei Federal de Licitações, 8666/93. Destas, por razões extremamente necessárias e justificadas, no intuito de manter a agilidade necessária ao atendimento que em alguns casos se dão pela extremas necessidades da população.

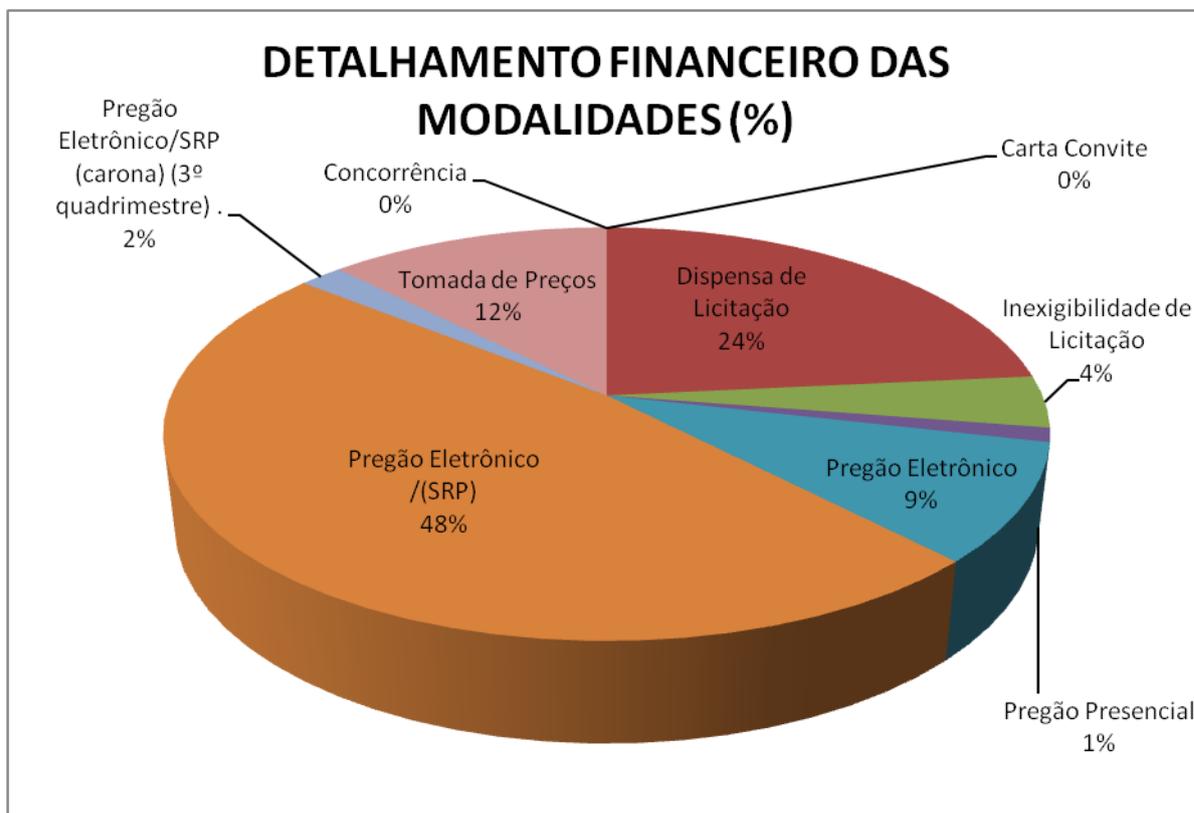
Merece ressaltar ainda, as medidas adotadas por esta Gestão no decorrer do exercício de 2015 em proporcionar agilidade no atendimento da sociedade, foi em promover os Registros de Preços para produtos e alguns serviços a serem utilizados durante o lapso temporal de 12 meses. Este procedimento além de proporcionar agilidade, oportuna a realização da despesa com maior economia, cuja estratégia foi agrupar por itens afins, todas as solicitações das Secretarias e promover através da modalidade Pregão Eletrônico a seleção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública e proceder aos registros destes preços alcançados.

Desta forma, vislumbra-se do valor licitado via modalidade Pregão Eletrônico, 21,00% correspondem à efetivação 20% de Atas de Registros de Preços e 1% no procedimento carona, pelo qual a Administração Pública Municipal utilizou no transcorrer de 2015, e será utilizada parte em 2016, nos meses iniciais, visto a validade deste procedimento vigorar no lapso temporal de doze meses.

Gráfico 02 – Registros de Preços no Ano de 2015



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL



Elaborado Pela CGM / Fonte: Controle Atas de Preço 2014.

Reportando ao Gráfico 02, em termos financeiros, fato a se observar além das vantagens competitivas, é a transparência instituídas pelo Pregão Eletrônico, cuja ofertas e resultados além de divulgados no site oficial do Município, consta todos os procedimentos no site cidade compras, qual foi aderido por esta gestão.

Sobre este aspecto, tem-se em síntese exposto o resultado das opções escolhidas por esta Gestão, no tocante ao procedimento licitatório para aquisições de bens e serviços, visando satisfazer os preceitos legais em sua totalidade e, ao mesmo passo, proporcionar uma resposta imediata aos anseios da população, repercutindo em serviços públicos oportunos e eficientes.

6 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, EM ATENDIMENTO A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Formalmente, o orçamento público é o instrumento legal no qual se estima a receita e fixa a despesa para determinado ano, exprimindo, desta forma, as alocações dos recursos públicos.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

O Balanço Orçamentário é a peça contábil que evidencia a receita orçada e arrecadada, em confronto com a despesa fixada e realizada em determinado período.

Caso as receitas arrecadadas sejam superiores as despesas realizadas, haverá um superávit orçamentário. Por outro lado, caso as receitas arrecadadas sejam inferiores as despesas realizadas haverá um déficit orçamentário.

Desta forma, no exercício de 2015, a realização das receitas alcançou o montante de R\$ 65.438.283,60 contra R\$ 58.799.297,20, referentes às despesas realizadas, apurando-se, portanto, um superávit de arrecadação no montante de R\$ 6.638.986,40 conforme demonstrado no quadro 3:

Quadro 03: Receita Realizada x Despesa Empenhada

RECEITA REALIZADA	65.438.283,60
DESPESA EMPENHADA	58.799.297,20

A seguir, é demonstrado o Balanço Orçamentário evidenciando que no exercício de 2015, houve um superávit Orçamentário no valor de R\$ 5.624.371,14. Entre a dotação inicial, isto significa que as arrecadações das receitas correntes foram superiores neste montante à realização das despesas orçadas.

Quadro 04: Despesa Orçada x Despesa Executada

DESPESA INICIALMENTE ORÇADA	59.813.912,46
DESPESA ATUALIZADA	71.095.603,83
DESPESA EMPENHADA	58.799.297,20
SALDO ORÇAMENTÁRIO	12.296.306,63

Por outro lado, houve um superávit orçamentário do valor de 12.295.306,63, entre a Despesa atualizada, com a efetivamente empenhada conforme é demonstrado no Balanço Orçamentário.

Quadro 05 – Comparativo da Receita Arrecadada X Despesa Executada – Em milhares

RECEITAS	2015	DESPESAS	2015
Receitas Correntes	62.793.614,10	Despesas Correntes	34.572.888,64
Receita Tributária	3.978.097,41	Pessoal e Encargos Gerais	34.071.072,40



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Receita de Contribuições	5.132.773,05	Juros e Encargos da Dívida	501.816,24
Receita Patrimonial	4.591.145,32	Outras Despesas Correntes	17.850.262,06
Receita de Serviços	0,00		
Transferências Correntes	48.399.187,92		
Outras Receitas Correntes	692.410,40		
Total de Receitas Correntes	62.793.614,10	Total de Despesas Correntes	52.423.150,70
RECEITAS	2015	DESPESAS	2015
Receitas de Capital	2.644.669,50	Despesas de Capital	6.376.146,50
Operações de Crédito	00,00	Investimentos	5.020.302,01
Alienação de Bens	0,00	Inversões Financeiras	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	Amortização da Dívida	1.355.844,49
Transferências de Capital	2.644.669,50		
Outras Receitas de Capital	0,00		
Déficit de Capital	0,00		
Total de Receitas de Capital	2.644.669,50	Total de Despesas de Capital	6.376.146,50

RESUMO			
Receitas Correntes	62.793.614,10	Despesas Correntes	52.423.150,70
Receitas de Capital	2.644.669,50	Despesas de Capital	6.376.146,50
		Superávit	
Total das Receitas	65.438.283,60	Total das Despesas	58.799.297,20

*As receitas e despesas intra-orçamentárias estão incluídas nos valores demonstrados;

** Nas receitas estão deduzidas as transferências constitucionais e legais.

6.1 - ANÁLISES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Quadro 06 – Comparativo das Receitas Realizadas entre 2014– 2015 em milhares

Receitas	2014	AV	2015	AV	AH
Receitas Correntes	56.794.588,00	95,79%	58.202.468,78	95,65%	2,48%
Receita Tributária	3.885.859,27	6,55%	3.978.097,41	6,54%	2,37%
Receita de Contribuições	4.850.040,47	8,18%	5.132.773,05	8,44%	5,83%
Receita Patrimonial	-	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Receita de Serviços	-	0,00%	0	0	0
Transferências Correntes	45.897.499,02	77,41%	48.399.187,92	79,54%	5,45%
Outras Receitas Correntes	2.161.189,24	3,64%	692.410,40	1,14%	-67,96%
Receitas de Capital	3.323.840,86	5,61%	2.644.669,50	4,35%	-20,43%
	-				
Operações de Crédito	825.978,06	-1,39%	0	0,00%	-100,00%
Alienação de Bens		0,00%	0	0,00%	0,00%
Amortizações de Empréstimos		0,00%	0	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	2.497.862,80	4,21%	2.644.669,50	4,35%	5,88%
Outras Receitas de Capital		0,00%			0,00%
TOTAL DAS RECEITAS	59.292.450,80	100,00%	60.847.138,28	100,00%	2,62%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2014/2015

Ao se observar o exercício financeiro de 2015, percebe-se que houve crescimento total na Receita em um percentual de 2,62%, comparado ao exercício financeiro de 2014, destacando que as receitas tributárias tiveram um crescimento de 2,37%, as receitas de contribuições um crescimento de 5,83%, as transferências corrente um crescimento de 5,45%, como também as transferências de capital, que são os convênios de 5,88%. Obtendo conforme o demonstrado que mesmo com o país em condições econômicas bastante complicadas, não vislumbramos prejuízos no montante de receitas recebidas no exercício de 2015 em relação a 2014.

A análise do quadro 6, entre os dois períodos demonstra que houve um aumento de 2.62% (R\$1.554.687,48) no total líquido das receitas realizadas. Neste contexto, pode-se afirmar que houve crescimento na arrecadação no período observado.

Observa-se também que, as fontes da receita mais expressivas na composição da Receita Arrecadada total são referentes às Transferências Correntes, com participação, em valores relativos de 79,54%, respectivamente, isso em uma análise vertical.

7 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

O Município de Buritis é uma cidade situada no centro-oeste de Rondônia, a 300 km via rodoviária da capital, Porto Velho (em linha reta a distância é muito menor). Atualmente, vive um grande crescimento econômico e populacional. Sua economia é pautada na agricultura e exploração madeireira, e já foi mostrada nacionalmente na Revista Veja e Globo Repórter como um dos Municípios que mais cresceram. Porém vem enfrentando uma Crise Fiscal devido o crescimento da Dívida Ativa.

Com este déficit, o perfeito funcionamento da máquina pública fica comprometido, pois os recursos financeiros que seriam para suprir as diversas necessidades públicas depende de tributos oriundos do pagamento de terceiros, inclusive o IPTU.

Esses tributos também são necessários para o bom funcionamento das instituições públicas, já que as funções constitucionais, conforme serviços comuns, que também competem aos Municípios são para oferecer a população benefícios como saúde, educação, segurança, moradia, saneamento básico, cultura e lazer, assistência social, entre outros.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

7.1 - SITUAÇÃO DA RECEITA E DA DÍVIDA ATIVA

A Receita Tributária compõe o grupo das Receitas Correntes, que são especificamente para cobrir despesas orçamentárias relacionadas à manutenção das atividades governamentais, sendo esta muito bem conceituada pela Enciclopédia Livre (2006):

Receita Tributária é toda fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de Tributos, dos quais são espécies os Impostos, as Taxas, as Contribuições de Melhoria, os Empréstimos Compulsórios e as Contribuições Especiais. Todos prefixados em lei em caráter permanente. Teoricamente, as receitas tributárias tem como finalidade o custeio das despesas estatais e suas necessidades de investimento.

Sendo assim pode-se afirmar que a receita tributária influencia diretamente no custeio das despesas, no que se refere às necessidades de investimento do Município, tornando maior a importância de incentivo da arrecadação desta receita no Município de Buritis.

Esta Controladoria, vem constantemente, cobrando maior atuação na captação dos recursos referente a Dívida Ativa, através de vistoria *in-loco*, observamos falta de fiscais, como também de acompanhamento mais rigoroso, por parte dos responsáveis. Recomendações estas realizadas através de Ofícios, Memorandos e Relatórios Quadrimestrais, já recomendamos por diversas vezes, ficando a Secretaria de Fazenda, Procuradoria Jurídica e Coordenador de Tributos responsabilizados, por aprimorar imediatamente os mecanismos, para a efetiva execução.

Quadro 07 – Comparativo da Receita Tributária – em milhares

Comparativo da Receita Tributária						
Receita	2013		2014		2015	
	Valor Arrecadado	%	Valor Arrecadado	%	Valor Arrecadado	%
IPTU	463.992,40	16,50%	431.556,60	12,05%	382.504,52	10,09%
IRRF	553.087,47	19,66%	763.128,16	21,31%	795.240,24	20,98%
ISS	1.271.441,70	45,20%	1.488.556,55	41,56%	1.593.736,08	42,05%
ITBI	92.979,12	3,31%	202.506,44	5,65%	264.303,95	6,97%
TAXAS	431.269,50	15,33%	695.684,11	19,42%	754.269,08	19,90%
TOTAL das Receitas Tributárias	2.812.770,19	100,00%	3.581.431,86	100,00%	3.790.053,87	100,00%
Total da Receita Arrecadada	54.824.632,31	100%	63.451.740,07	100%	65.820.947,24	100%

Fonte: Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada entre 2013 a 2015 – Anexo do TCE-04.

Analisando o quadro 07, ao se comparar a arrecadação do IPTU que foi de R\$382.504,52 correspondeu a 10,09% do total da receita tributária arrecadada.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Verifica-se também que a arrecadação do ISSQN no valor de R\$1.593.736,08, correspondeu a 42,05% em relação ao total da receita tributária arrecadada. Notadamente ficou nítido a falta de arrecadação em valores do IPTU, sendo menor que a de 2014.

Quadro 08 - Receita de Dívida Ativa do Município – em milhares

INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA 2013 A 2015					
ANOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÕES	COBRANÇA	CANCELAMENTO	SALDO ATUAL
2013	2.282.953,59	976.586,22	381.629,00	58.020,04	3.354.597,01
2014	3.354.597,01	1.032.846,35	1.158.399,11	23.552,81	2.978.201,37
2015	2.978.201,37	1.367.592,44	475.332,21	117.343,78	3.751.111,63

Fonte: Balancete do mês de dezembro e Balanço Patrimonial de 2013-2015

O valor arrecadado de R\$ 475.332,21, referente à dívida ativa corresponde ao percentual de 15,96% do saldo anterior que foi de R\$ 2.978.201,37.

Também se observa que foram efetuados cancelamentos de créditos no valor de R\$117.343,78, correspondente a 3,09%, do saldo anterior que foi de R\$ 2.978.201,37. O valor de R\$117.343,78, referente a cancelamentos decorreram devidos a fatores como: processos administrativos e prescrições.

8 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL) – Anexo III do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), conforme previsto no artigo 53, inciso I, da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – apresenta a apuração da receita corrente líquida no mês em referência, sua evolução no exercício. Sua publicação, conforme art. 52 da LRF é realizada até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. A RCL deverá ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze meses anteriores.

O objetivo da RCL, segundo Manual dos Demonstrativos Fiscais -5ª edição, é servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da federação.

Conforme artigo 2º da LRF, a RCL compreende o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos, no caso dos estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Quadro 09 - comparativo entre os exercícios de 2013-2015 em milhares

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Natureza da Receita	2013	2014	2015	AV%	AH%
Receitas Correntes	54.824.632,31	63.451.740,07	65.820.947,24	113,22%	3,73%
Receitas Tributárias	3.152.995,05	3.885.859,27	3.978.097,41	6,84%	2,37%
IPTU	463.992,40	431.556,60	382.504,52	0,66%	-11,37%
ISS	1.271.441,70	1.488.556,55	1.593.736,08	2,74%	7,07%
ITBI	92.979,12	202.506,44	264.303,95	0,45%	30,52%
IRRF	893.312,33	1.067.555,57	983.283,78	1,69%	-7,89%
Outras Receitas Tributárias	431.269,50	695.684,11	754.269,08	1,30%	8,42%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.423.489,96	2.190.825,10	2.171.755,31	3,74%	-0,87%
RECEITA PATRIMONIAL	1.908.938,85	3.716.222,05	4.591.145,32	7,90%	23,54%
RECEITA DE SERVIÇO		18.371,00	0,00	0,00%	0,00%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	47.778.369,19	51.497.644,41	54.387.538,80	93,56%	5,61%
Cota Parte do FPM	12.910.892,14	13.467.184,13	14.181.006,28	24,39%	5,30%
Cota Parte do ICMS	12.568.159,32	13.479.323,16	14.635.347,43	25,18%	8,58%
Cota Parte do IPVA	1.039.814,29	1.544.069,55	1.766.227,84	3,04%	14,39%
Cota parte do ITR	4.548,90	5.109,14	9.159,04	0,02%	79,27%
Transferências da LC 87/1996	16.418,98	21.180,48	21.955,34	0,04%	0,00%
Transferências da LC 61/1989	22.434,24	55.831,46	76.073,17	0,13%	36,26%
Transferências do FUNDEB	13.334.951,46	13.306.143,39	15.080.410,22	25,94%	13,33%
Outras Transferências Correntes	7.881.149,86	9.618.803,10	8.617.359,48	14,82%	-10,41%
Outras Receitas Correntes	560.839,26	2.142.818,24	692.410,40	1,19%	-67,69%
DEDUÇÕES (-)	-6.391.271,97	-7.417.243,71	-7.687.348,02	-13,22%	3,64%
Contribuição Plano de Seguridade Social Servidor	-1.192.992,73	-1.817.098,32	-1.698.997,14	-2,92%	-6,50%
Servidor	-1.192.992,73	-1.817.098,32	-1.698.997,14	-2,92%	-6,50%
Compensação Financeira entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Dedução da Receita para formação do FUNDEB	5.198.279,24	5.600.145,39	-5.988.350,88	-10,30%	-206,93%
Receita do IRRF Pessoal ativo (TCE/RO)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Receita do PACS/PSF (TCE/RO)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	48.433.360,34	56.034.496,36	58.133.599,22	100,00%	3,75%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2013 a 2015.

Ao se analisar as Receitas Correntes líquidas conforme evidenciadas no quadro 09, percebe-se que, na comparação do ano de 2014 com o ano de 2015, houve um aumento de 3,75%, ou seja, um acréscimo de R\$ 2.099.102,86, no total das Receitas Correntes líquidas.

Comparando-se as Receitas Patrimoniais com o ano anterior observa-se que esta teve um aumento de 23,54% ou seja, um acréscimo de R\$ 874.923,77. No entanto, se considerada em relação ao total das Receitas Correntes aquelas representam apenas 7,90% desta. Ao se analisar as Deduções das Receitas Correntes observa-se que ocorreu um aumento de 3,64%.

09 - ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Quadro 09 – Evolução da Despesa – em milhares

Despesas	2013	AV	2014	AV	2015	AV	AH
----------	------	----	------	----	------	----	----



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

							2013/2015
Despesas Correntes	44.498.448,57	95,58%	51.770.436,52	82,52%	52.423.150,70	89,16%	1,26%
Pessoal e Encargos Sociais	28.400.748,89	61,00%	31.733.839,14	50,58%	34.071.072,40	57,94%	7,37%
Juros e Encargos da Dívida	334.375,61	0,72%	357.729,31	0,57%	501.816,24	0,85%	40,28%
Outras Despesas Correntes	15.763.324,07	33,86%	19.678.868,07	31,37%	17.850.262,06	30,36%	-9,29%
Despesas de Capital	2.059.640,15	4,42%	10.969.887,36	17,48%	6.376.146,50	10,84%	-41,88%
Investimentos	1.261.536,49	2,71%	9.960.674,09	15,88%	5.020.302,01	8,54%	-49,60%
Inversões Financeiras	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Amortização da Dívida	798.103,66	1,71%	1.009.213,27	1,61%	1.355.844,49	2,31%	34,35%
TOTAL	46.558.088,72	100,00%	62.740.323,88	100,00%	58.799.297,20	100,00%	-6,28%

Fonte: Balanço Orçamentário de 2013 a 2015

No período abrangido pela análise horizontal, entre 2014 e 2015, houve uma diminuição da despesa de -6,28%, equivalente a (R\$ 3.941.026,68), no total das despesas empenhadas, em comparação com o exercício financeiro de 2014, que constou uma despesa no valor R\$ 62.740.323,88, nota-se que a despesa diminuiu em 2015, para R\$ 58.799.297,20, conforme demonstrado no Quadro 9.

10 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015

Quadro 10 – Créditos Autorizados – em milhares

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL	VALOR R\$	%
Dotação Inicial (A)	59.813.912,46	
(+) Créditos Suplementares (B)	13.231.451,20	22,12%
(+) Créditos Especiais (C)	10.729.755,45	17,94%
(=) Total dos Créditos (D) =soma(B+C)	23.961.206,65	40,06%
(-) Anulações de Créditos (OR) (E)	10.671.140,31	17,84%
(-) Anulação de Dotação (ES) (F)	2.008.374,97	3,36%
(-) Despesa Autorizada G = A+D-E-F	71.095.603,83	118,86%
(-) Despesa Empenhada (H)	58.799.297,20	98,30%
(=) SALDO DE DOTAÇÃO I=G-H	12.296.306,36	17,30%

Fonte: Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias – Anexo TC-18

Com base no Orçamento inicial teve alterado o orçamento através dos Créditos Adicionais no volume de R\$ 23.961.206,65, referente ao somatório dos Créditos Suplementares e Créditos Especiais, o que equivale em percentual em 40,06%. No período não se constata abertura de Créditos Extraordinários.

Os Créditos Suplementares conforme o disposto no Art. 42 da Lei 4.320/64 foram lastreados por lei e, nos termos do Art. 43, estão justificado e suportado pela existência de recursos. Estes créditos perfazem o montante de R\$ 13.231.451,20, equivalente ao percentual de 22.12%, que mesmo sem deduzir os valores provenientes de recursos vinculados e convênios atendem o limite estabelecido



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

na Lei 899/2014 (LOA) Art. 9º inciso 03, previsão inicial de 0,5%, alterado pela Lei 985/2015, passando a ser considerado 2.5%, houve nova alteração por meio da Lei 998/2015, onde o percentual passou a ser de 4,5%, limitado neste percentual até o final do exercício.

Pela dedução dos valores relativos aos créditos adicionais suplementares, cuja origem provém de recursos de convênio e recursos vinculados de transferências continuadas que oscilam, quer seja pela frequência da execução, quais os repasses se dão pela produtividade (recursos para saúde) ou pela vontade da entidade concedente. E o Crédito Suplementar trata-se fator restrito para alocação dos recursos no orçamento em execução, visto ser único meio para se cumprir o objeto originário do repasse destinado ao Município. Ao passo que, deduzido este montante relativo aos créditos vinculados e de convênios, do montante dos créditos, tem-se significativa redução do percentual dos créditos suplementares conforme se apresenta no Quadro 10.

Em visita junto às Secretarias, observamos que as mesmas vêm enfrentando problemas na execução de seus orçamentos, fato este, que por repetidas vezes foi pauta de reuniões, como também de recomendações desta Controladoria para que seja cumprido o orçamento vigente dentro da proposta da Lei inicial.

Transparece em alguns casos, desconhecimento da Secretaria em relação aos problemas orçamentários, como vemos no quadro acima, alto índice de remanejamento/suplementação, uma vez já cientes do inicialmente planejado.

Reforçamos nossa recomendação para que tenham maior cautela quanto à manutenção dessa prática, pois pode levar ao Descontrole Orçamentário e Financeiro, Fica a Secretaria de Planejamento **NOTIFICADA**, quanto a sua responsabilidade em exercer maior controle orçamentário.

Quadro 11 – Detalhamento Crédito Suplementar Recursos Vinculados

SEQ.	DESCRIÇÃO DO CRÉDITO	VALOR (R\$)	% DA LOA
01	Excesso Arrecadação Recursos Vinculados	7.152.667,66	11,96%
02	Operação de Crédito	0,00	
03	Superávit na Reemissão de Empenho por anulação recurso Convênio	376.656,74	0,63%
04	Superávit de recurso reprogramado do FMAS/FNAS	474.608,55	0,79%
05	Superávit de recursos de convênio já constante na LOA	0,00	
06	Superávit de recurso vinculado programa Federal Continuado	2.245.948,54	3,75%
07	Adequação do recurso incluído no orçamento por crédito especial anulados para atender ajustes convênios.	0,00	
TOTAL		10.249.881,49	17,14%
VALOR LOA		59.813.912,46	

Fonte: Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias – Anexo TC-18 – 2015 e Decretos



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Conforme se observa no Quadro 11, o montante dos recursos oriundos de vinculados e convênios que correspondem a 17,14%, que se deduzido do percentual dos créditos suplementares, o traz para a realidade de 22,12%. Logo, pode-se compreender que o percentual dos Créditos Suplementares no exercício financeiro de 2015, situa-se em 22,12%.

Resta ainda enfatizar, que por orientação da IN 27/TCE-RO, sobre os procedimentos para encerramento de exercício, no tocante aos Restos a Pagar não Processados devem ser anulados, estes reempenhados à conta do Orçamento do exercício seguinte (Art. 23-B), caracterizado como crédito por superávit financeiro. Logo, por esta compreensão, a despesa contratual e/ou continuada, obrigatoriamente deverá ser reempenhada sob aspecto de crédito suplementar com recurso justificado por superávit financeiro, qual além de comprometer em tese, as margens aceitáveis de alteração no Orçamento, (fonte: item “a” relatório parecer das Contas de 2013 Prefeitura de Ji-Paraná – Proc. 0978/2014 –TCER), fato este que reduz diretamente de forma compulsória os limites estabelecidos na Lei de Orçamento para este fim.

11 - ANÁLISE DA DESPESA POR SUBFUNÇÃO

Neste item será apresentada uma breve análise das despesas por subfunção, que representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público conforme dispõe a Portaria nº. 42 do MOG de 15-04-99.

Quadro 12 – Detalhamento das despesas Liquidadas por subfunção de governo nas categorias econômicas (Despesas Correntes e Capital) em milhares

ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS	AV	DESPESAS DE	AV	TOTAL	AV
Ação Legislativa	2.049.676,26	3,91%	140.027,00	2,20%	2.189.703,26	3,72%
Planejamento e Orçamento		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Administração Geral	17.982.713,95	34,30%	576.293,49	9,04%	18.559.007,44	31,56%
Defesa Civil	159.900,00	0,31%		0,00%	159.900,00	0,27%
Assistência ao Idoso		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Assistência ao Portador de Deficiência		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Assistência à Criança e ao Adolescente	407.566,98	0,78%		0,00%	407.566,98	0,69%
Assistência Comunitária	233.957,11	0,45%		0,00%	233.957,11	0,40%
Previdência do Regime Estatutário	1.762.101,78	3,36%	2.014,00	0,03%	1.764.115,78	3,00%
Atenção Básica	4.037.582,19	7,70%	255.929,85	4,01%	4.293.512,04	7,30%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.194.790,45	2,28%	104.608,15	1,64%	1.299.398,60	2,21%
Suporte Profilático e Terapêutico		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Vigilância Sanitária		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Vigilância Epidemiológica		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Ensino Fundamental	19.059.359,29	36,36%	43.713,09	0,69%	19.103.072,38	32,49%
Ensino Profissional		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Ensino Superior		0,00%		0,00%	0,00	0,00%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Educação Infantil		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Difusão Cultural		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Assistência aos Povos Indígenas		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Infra-Estrutura Urbana	283.444,83	0,00%	2.429.276,00	38,10%	0,00	0,00%
Serviços Urbanos	633.332,35	0,00%	666.292,29	10,45%	0,00	0,00%
Habitação Urbana	185.063,74	0,35%		0,00%	185.063,74	0,31%
Saneamento Básico Urbano	199.484,35	0,38%		0,00%	199.484,35	0,34%
Preservação e Conservação Ambiental		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Abastecimento	406.609,34	0,78%		0,00%	406.609,34	0,69%
Extensão Rural	62.514,75	0,12%		0,00%	62.514,75	0,11%
Promoção da Produção Agropecuária		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Promoção Comercial		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Transporte Rodoviário	1.106.378,12	2,11%	345.257,03	5,41%	1.451.635,15	2,47%
Desporto Comunitário		0,00%	456.891,11	7,17%	456.891,11	0,78%
Serviço da Dívida Interna	2.658.675,21	5,07%	1.355.844,49	21,26%	4.014.519,70	6,83%
Outros Encargos Especiais		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Reserva de Contingência		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Total	52.423.150,70	100,00%	6.376.146,50	100,00%	58.799.297,20	100,00%

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada – SCPI

Tendo em vista a distribuição da despesa por subfunção de governo em 2015, destacam-se as que representam maior acréscimo na participação percentual sobre o total da despesa: Educação com suas subfunções (ensino infantil, ensino fundamental e EJA – Educação de Jovens e Adultos), que atingiu o percentual de 32,49%, que corresponde a um montante de R\$ 19.103.072,38, a Secretaria de Administração geral que atingiu um percentual de 31,56%, ou seja, um montante de R\$ 18.559.007,44, e a terceira função que maior se destacou foi a Saúde com suas subfunções (atenção básica) com um percentual de 7,30%, ou seja, um montante de R\$ 4.293.512,04.

12 - QUOCIENTES ORÇAMENTÁRIOS

Ressalta-se que, para apuração dos quocientes orçamentários, nas receitas e despesas estão deduzidas as transferências constitucionais e legais e a dedução para o FUNDEB.

Quadro 13 – Quociente de Realização da Receita 2015

QUOCIENTE DE REALIZAÇÃO DA RECEITA	PREVISÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	B/A
Receita Corrente Prevista	55.714.865,46	62.793.614,10	113,03%
Receita de Capital Prevista	2.180.132,38	2.644.699,50	
TOTAL	57.894.997,84	65.438.283,60	



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

O quociente da execução da Receita apurado em 2015, foi Receita Realizada no valor de R\$ 65.438.283,60, dividido pela Previsão inicial da Receita no valor de R\$ 57.894.997,84, que é igual a 113,03%, ou seja, a receita realizada foi maior aproximadamente em 13,03%. Em relação à receita prevista para o exercício financeiro de 2015, observou um aumento real de R\$ 7.543.285,76.

Quadro 14 – Execução orçamentária da despesa

DESPESAS	PREVISÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	B/A
Despesas Correntes	54.247.835,49	52.423.150,70	96,64%
Despesas de Capital	4.395.818,09	6.376.146,50	145,05%
Reserva de Contingência e Reserva RPPS	1.170.258,88	0	0,00%
TOTAL	59.813.912,46	58.799.297,20	98,30%

Em 2015, a Despesas Executada (empenhada), no valor de R\$ 58.799.297,20, dividido pela Dotação inicial no valor de R\$ 59.813.912,46, igual a R\$ 1.014.615,26, que corresponde ao quociente de 98,30%, demonstrando a economia de despesa orçamentária em relação à fixação atualizada da despesa do exercício financeiro de 2015.

Quadro 15 – Quociente de Realização da Receita Corrente x Despesa Empenhada Corrente

QUOCIENTE DA EXECUÇÃO DA DESPESA	2014	2015
Receita Realizada Corrente	60.510.810,05	62.793.614,10
Despesa Empenhada Corrente	51.770.436,52	52.423.150,70
QUOCIENTE	1,17	1,20

O quociente da execução orçamentária corrente evidenciou superávit em R\$ 8.740.373,53, entre a diferença da Receita Realizada Corrente no valor de R\$ 60.510.810,05, e a Despesa Empenhada Corrente no valor de R\$ 51.770.436,52, em 2014, o qual o percentual foi 16,88%, entre a Receita Realizada Corrente com a Despesa Empenhada Corrente em 2014.

Já o superávit de R\$ 10.370.463,40, foi entre a diferença da Receitas Realizadas Corrente no valor de R\$ 62.793.614,10, com a Despesa Empenhada Corrente no valor de R\$ 52.423.150,70, atingiu um percentual em 19,78%, entre a diferença da Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente no exercício de 2015. Se comparado a Receita Realizada Corrente de 2014 com a Receita Arrecadada Corrente de 2015, verifica-se um aumento de R\$ 2.282.804,05 em 2015. E ao comparar a Despesa Empenhada Corrente de 2014 com a Despesa Empenhada Corrente de 2015 houve um aumento de R\$ 652.714,18, em 2015.

Isso demonstra que para cada um real de despesas correntes formadas, o município tem capacidade de pagamento de R\$1,20 (um real e vinte centavos), ou seja, paga sua dívida e continua em caixa vinte centavos.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Quadro 16 - Quociente Receita Arrecada x Despesa Liquidada

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015
Receita Arrecadada	52.660.881,61	60.510.810,05	62.793.614,10
Despesa Liquidada	44.261.631,68	50.171.202,32	51.414.026,60
% DA DESPESA SOBRE A RECEITA	84,05%	82,91%	81,88%

A participação da despesa liquidada sobre a receita arrecadada mostrou no exercício financeiro de 2015, um comprometimento da receita da ordem de 81,88%, conforme demonstrou o quadro 16.

13 - INDICADORES GERENCIAIS DO BALANÇO CONSOLIDADO

Quadro 17 - Indicadores gerenciais do Exercício

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Receita Arrecada	65.438.283,60	1,11
Despesa Executada	58.799.297,20	

O quociente obtido de 1,11 demonstra um superávit orçamentário, indicando equilíbrio na capacidade de executar o orçamento, ou seja, para cada R\$ 1,00 de despesa executada, o município arrecadou R\$ 1,11 (um real e onze centavos).

Quadro 18 - Autonomia Financeira

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	INDICADOR x100
Receita Tributária Própria	3.723.266,87	7,10
Despesas Correntes	52.423.150,70	

Este indicador demonstra que a capacidade do município em se manter com recursos próprios, ou seja, oriundos de sua atividade tributária, é de 7,10%, percebe-se que quase na totalidade as transferências governamentais são utilizadas para este fim com percentual de 92,90%.

Quadro 19 - Grau de Investimento

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	INDICADOR x100
Investimentos	5.020.302,01	7,67
Receita Total	65.438.283,60	

Observa-se que os investimentos públicos correspondem a 7,67% da receita total do Município, evidenciando que o restante da receita arrecada foi utilizada para cobertura de gastos de custeio.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Quadro 20 - Custos dos Investimentos

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	INDICADOR x100
Investimentos	5.020.302,01	8,54
Despesa Total	58.799.297,20	

Neste demonstrativo vê-se que 8,54% do total da despesa pública (empenhada) realizada correspondem a gastos com investimentos.

Quadro 21 - Comprometimento da Receita Corrente com a Máquina Administrativa

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Despesas Correntes	52.423.150,70	0,83
Receitas Correntes	62.793.614,10	

O quadro 21, indica que, de cada R\$ 1,00 da receita corrente, R\$ 0,83, são gastos com o funcionamento da máquina administrativa.

Quadro 22 - Liquidez Imediata Consolidada

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Ativo Circulante	47.237.758,78	13,32
Passivo Financeiro	3.546.278,24	

O índice de liquidez imediata, revela perspectivas favoráveis à solvência dos compromissos assumidos a curto prazo pelo Município, pois, de cada R\$ 1,00 de dívida o município dispõe de R\$ 13,32.

Quadro 23 - Liquidez Imediata Individualizada

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Caixa e Bancos	46.189.500,76	13,02
Passivo Financeiro	3.546.278,24	

Mesmo o Município sendo analisado isoladamente demonstra que possui capacidade de solvência das dívidas assumidas a curto prazo, pois para cada R\$ 1,00 de dívida formado a curto prazo o município dispõe de R\$ 13,02, para seu pagamento.

Quadro 24 - Esforço Tributário Próprio

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	INDICADOR x100
Receita Tributária Própria	3.978.097,41	7,50
Transferências Constitucionais	53.068.516,62	



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Comprova-se neste demonstrativo que o Município necessita de maior esforço no sentido de arrecadar seus próprios tributos, no percentual de 7,50%. Sendo ruim em relação aos recursos oriundos das transferências constitucionais, que em última instância garantem uma boa participação da arrecadação municipal. Esta Controladoria já Notificou através de ofícios os responsáveis para maior atuação para a captação de recursos, pois pelo que analisamos não há muito incentivo e preocupação em rever alguns atos e fazer cumprir a efetiva aplicação das Leis vigentes no Município.

Quadro 25 - Carga Tributária Per Capita

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Receita Tributária	3.978.097,41	105,13
População do município	37.838	

O valor apurado no quadro 25, no que se refere ao esforço próprio para arrecadação da receita, indica, teoricamente, que cada munícipe contribui com a quantia de R\$ 105,13 diretamente em favor do fisco municipal.

Quadro 26 - Gastos com a Operação da Máquina Administrativa por cidadão

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Despesas Correntes	52.423.150,70	1.385,46
População do Município	37.838	

Ao observar o índice obtido, revela teoricamente que, cada munícipe arcaria anualmente com R\$ 1.385,46, para manter em operação as atividades da máquina administrativa municipal, caso o Município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos.

Quadro 27 - Investimento por Habitante

Discriminação	Valor R\$	Indicador x100
Investimentos	5.020.302,01	132,68
População do Município	37.838	

O indicador obtido no quadro 27 demonstra que, na hipótese de que todos os investimentos públicos fossem aplicados diretamente em prol da sociedade, cada cidadão que contribuiu com R\$ 105,13, conforme quadro 25, recebeu em contrapartida o valor de R\$ 132,68, na forma de investimento.

14 - ANÁLISE DO BALANÇO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015

14.1 - ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem, espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Contem também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, dotação atualizada para exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

A receita inicialmente prevista no orçamento foi de R\$ 59.813.912,46 e ao final do exercício a receita arrecada foi de R\$ 65.438.283,60, considerando a despesas empenhadas em um total de R\$58.799.297,20 em confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada mostra um superávit de arrecadação no montante de R\$ 6.638.686,40.

A despesa fixada inicialmente no orçamento foi de R\$ 59.813.912,46 e os créditos adicionais que causaram aumento na despesa autorizada perfazem o montante de R\$ 11.281.691,37, totalizando um valor de R\$71.095.603,83, o total de despesas empenhadas foram de: R\$ 65.642.403,29, deduzidas as anulações no valor de, 6.843.106,09, encerrando o exercício com um valor empenhado de: R\$ 58.799.297,20.

Comparando a receita inicialmente prevista de R\$ 59.813.912,46 com a despesa empenhada no final do exercício, no valor de R\$ 58.799.297,20, verifica-se um superávit de previsão orçamentária no montante de R\$ 1.014.615,26. Porém ao confrontar a receita arrecada no valor de R\$ 65.438.283,60, e a despesa realizada no montante de R\$ 58.799.297,20, demonstra um superávit no resultado orçamentário de R\$ 6.638.986,40.

Logo se constata que o Município encontra-se em situação superavitária, pois as receitas arrecadas superam as despesas empenhadas em R\$ 6.638.986,40.

15 - ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

As contas registradas nesta peça contábil apresentam as seguintes movimentações:

Quadro 28 - Restos a pagar

Inscrição exercício 2015	9.563.225,97
--------------------------	--------------



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Pagamento em 2015	2.048.447,82
Cancelamento em 2015	6.795.075,84
Saldo para o exercício seguinte 2015	719.702,31
Restos a Pagar de 2015, inscritos em 2016	6.219.457,14

A movimentação desta conta, registrado no Balanço Financeiro e no Balanço Orçamentário concilia com os valores registrados no anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante.

16 - ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial expressa qualitativa e quantitativamente o Patrimônio da Entidade, demonstrando a situação dos bens.

Quadro 29 - Demonstrativo Consolidado

ELEMENTOS	NO FIM DE 2015
Ativo Financeiro	46.189.500,76
Passivo Financeiro	6.639.725,56
Saldo Patrimonial Financeiro	39.549.775,20

Quadro 30 - Situação financeira do Município

2015		
Ativo Financeiro	46.189.500,76	6,96
Passivo Financeiro	6.639.725,56	
2014		
Ativo Financeiro	35.938.752,16	3,69
Passivo Financeiro	9.727.383,69	

No exercício de 2014, a entidade contabilizou uma dívida de R\$ 9.727.383,69, no exercício de 2015, a entidade contabilizou uma dívida de R\$ 6.639.725,56, no quanto as informações de caixa e equivalente de caixa em 2015 é da ordem de R\$ 46.189.500,76. O coeficiente de liquidez imediata revela que para cada R\$ 1,00 real da dívida, a Prefeitura dispõe de R\$ 6,96 reais, portanto uma situação financeira superavitária.

Quadro 31 - O coeficiente econômico do Município

Passivo Real	31.375.627,50	48,44%
Ativo Real	64.777.493,88	

O índice encontrado demonstra que as dívidas do Município no exercício de 2015, representam **48,44%**, do Patrimônio ou Ativo Real.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

17 - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Analisando a Demonstração das Variações Patrimoniais, verifica-se que o reflexo do Resultado Patrimonial do exercício na situação líquida inicial, resultou no Saldo Patrimonial seguinte:

Quadro 32 – Saldo Patrimonial

Patrimônio Líquido do exercício anterior	33.401.866,38	
(+) Superávit Patrimonial do Exercício	13.103.195,54	45.567.543,12
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	-937.518,80	

O saldo Patrimonial de 2014 no valor de R\$ 33.401.866,38, somado ao Resultado Patrimonial do Exercício Atual no valor de R\$ 13.103.195,54, somado ao Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$ -937.518,80, obtendo assim um Patrimônio Líquido no valor de R\$ 45.567.543,12.

18 - DÍVIDA FUNDADA

A Dívida Fundada compreende as obrigações decorrentes de financiamentos e representam compromissos assumidos em um exercício para resgate de exercícios subsequentes.

Quadro 33 – Dívida Fundada

Saldo do Exercício Anterior	4.744.107,83
(+) Inscrição	73.700,08
(-) Baixa	-1.429.544,57
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	3.388.263,34

Observa-se no quadro 33, variação negativa da dívida, o que demonstra considerável redução no estoque da dívida. Que corrobora a idéia que o Município vem pagando suas dívidas, e mesmo havendo inscrição, tem-se obtido significativa redução.

Quadro 34 - Dívida Fundada em valores absolutos e a sua participação na receita arrecadada

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015
	VALOR R\$	VALOR R\$	VALOR R\$
Saldo da Dívida Fundada para o Exercício Seguinte	3.160.446,11	4.744.107,83	3.388.263,34
Receita Arrecadada	54.782.721,61	63.008.672,85	65.438.283,60
% da Dívida Fundada em relação à Receita Arrecada	5,77%	7,53%	5,18%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Nota-se que a dívida fundada do Município em relação ao exercício de 2014, para o exercício de 2015, vem diminuindo gradativamente, conforme se observa no quadro 34, na comparação do exercício financeiro de 2014, com dívida no valor de R\$ 4.744.107,83, com o exercício de 2015 com dívida no valor de R\$ 3.388.263,34, houve uma diminuição no valor da dívida de R\$ 1.355.844,49 o que corresponde a um percentual de diminuição de 28,58%.

19 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A demonstração de Fluxo de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da Gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

Quadro 35 – Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa líquido das Operações	10.888.555,93
Fluxo de Caixa líquido dos Investimentos	-1.937.632,34
Fluxo de Caixa líquido dos financiamentos	1.288.825,01
Geração Líquida de Caixa	10.250.748,60

Examinando a Demonstração apresentada, verifica-se que o município no decorrer do exercício financeiro de 2015, apresentou geração líquida de caixa positiva no valor de R\$10.250.748,60, indicando condições favoráveis às finanças públicas.

20 - INDICADORES CONSTITUCIONAIS

20.1 - EDUCAÇÃO

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), publicado bimestralmente pelo Poder Executivo Municipal, apresenta os recursos públicos provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas destinadas à educação, as despesas com MDE por vinculação de receita, além dos acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), bem como o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

Conforme disposto no art. 212, caput da Constituição Federal, os Municípios aplicarão, anualmente, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais provenientes de impostos, em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parte dos recursos a serem aplicados em MDE pelos Municípios deverá ser destinada à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos profissionais do



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

magistério, conforme o preconizado no art. 60, caput, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Tal destinação é assegurada mediante o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), previsto no art. 60, I, do ADCT e criado pela Lei Federal nº 11.494/2007.

No âmbito municipal, a educação básica contempla os ensinos infantil, fundamental, e (incluídos a Educação de jovens e Adultos, a Educação Especial).

Desta forma, para fins de apuração do percentual constitucional de 25%, são considerados os recursos totais provenientes da Receita Líquida de impostos destinados à MDE. Estes recursos são constituídos pela parcela destinada ao FUNDEB e pelos demais recursos provenientes de impostos aplicados na MDE.

O presente relatório tem por objetivo relatar os indicadores contábeis pertinentes à MDE no município, tomando por base todos os recursos destinados ao Ensino no exercício de 2015.

19.2 - Indicadores das Ações com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

A Prefeitura Municipal de Buritis deveria aplicar no mínimo de R\$ 8.607.920,75 (oito milhões, seiscentos e sete mil, novecentos e vinte reais e setenta e cinco centavos) em educação para cumprir a meta fiscal de aplicação de 25% dos recursos oriundos de impostos e transferências em Educação, como demonstrado no quadro36.

QUADRO 36

Receita de impostos para Educação		
Receitas	Valor	
IMPOSTOS	R\$ 5.508.141,74	16,00%
Imposto Predial e Territorial Urbano	R\$ 382.504,52	1,11%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$ 1.593.736,08	4,63%
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens e Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	R\$ 264.303,95	0,77%
Imposto de Renda Retido na Fonte	R\$ 983.283,78	2,86%
Juros e Multas de Impostos S/ Impostos	R\$ 54.943,98	0,16%
Juros e Multas de Impostos S/ Impostos da Dívida Ativa	R\$ 104.221,86	0,30%
Dívida Ativa de Impostos	R\$ 358.919,73	1,04%
IPVA	R\$ 1.766.227,84	5,13%
TRANSFERENCIAS DA UNIÃO	R\$ 14.266.238,49	41,43%
FPM	R\$ 14.181.006,28	41,19%
ITR	R\$ 9.159,04	0,03%
IPI EXPORTAÇÃO	R\$ 76.073,17	0,22%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 14.657.302,77	42,57%
ICMS	R\$ 14.635.347,43	42,51%
ICMS Desoneração - Lei Complementar 87/1996	R\$ 21.955,34	0,06%
RECEITA TOTAL DE IMPOSTOS / TRANSFERÊNCIAS	R\$ 34.431.683,00	100,00%
Valor Mínimo de 25% das Receitas com Impostos	R\$ 8.607.920,75	

Fonte: Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Buritis.

As receitas oriundas para aplicação na Educação do Município neste quadrimestre foi de R\$34.431.683,00 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e um mil, seiscentos e oitenta e três reais). O volume de recursos aplicados representa 27,54% de investimento em Educação, ficando superior a meta mínima, que é de 25%, em 2,54% para aplicação com a educação no terceiro quadrimestre de 2015, como demonstrado no quadro 37.

QUADRO 37 – Aplicações na Educação

DESPESAS CONSIDERADAS	VALOR
1 - Demonstrativo das Despesas Pagas com Ensino Infantil, IN nº 22 TCE_RO.	R\$ 0,00
2 - Demonstrativo das Despesas Pagas com Ensino Fundamental.	R\$ 3.494.103,82
3 - Restos a Pagar.	R\$ 0,00
4 - Retenções do FUNDEB.	R\$ 5.988.350,88
5 - Total das Despesas Consideradas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (1+2+3+4).	R\$ 9.482.454,70
6 - Total de receita decorrentes a impostos e transferências constitucionais, artigo 212 da Constituição Federal (Total da Receita multiplicada por 100) referente Recurso Próprio da educação.	R\$34.431.683,00
7 - Percentual aplicado das receitas decorrentes de impostos e transferências constitucionais, artigo 212 da Constituição Federal (Total da Receita multiplicada por 100)	R\$27,54%

Fonte: Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Buritis.

As aplicações do FUNDEB foram realizadas de acordo com o quadro 38, sendo receitas provenientes do FUNDEB R\$ R\$ 5.988.350,88 (cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil, trezentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos), e R\$34.431.683,00 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e um mil, seiscentos e oitenta e três reais), provenientes de aplicações financeiras.

Do montante arrecadado com o FUNDEB, 96,96% foram aplicados em remuneração e valorização do Magistério e despesas com manutenção do ensino, sendo, 60,76%, com remuneração e



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

valorização do Magistério, e 35,78 %, aplicados nas despesas com manutenção do ensino, o restante do valor, encontra-se aplicado em conta corrente/aplicação.

QUADRO 38 – Aplicação Recursos do FUNDEB

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	%
1 - Receita de Transferência do FUNDEB	R\$ 15.275.636,64	100,00%
1.1 - Recebimento Efetivo do FUNDEB	R\$ 15.080.410,22	98,72%
1.2 - Aplicações Financeiras com Recursos do FUNDEB	R\$ 195.226,42	1,28%
2 - RECEITAS A CONSIDERAR		
2.1 - Valorização do Magistério (mínimo 60%)		60,00%
2.2 - Outras Despesas do FUNDEB (máximo 40%)		40,00%
3 - DESPESAS CERTIFICADAS, ART. 70 E 71 DA LEI FEDERAL DE Nº 9.394/96		0,00%
3.1 - Remuneração e Valorização do Magistério (incluindo obrigações patronais - 60%)	R\$ 9.281.639,48	60,76%
3.2 - Outras Despesas do FUNDEB (40%)	R\$ 5.464.877,26	35,78%
3.3 - Despesas Relativas a Restos a Pagar do FUNDEB do exercício 2010, pagos com recursos arrecadados no exercício subsequente (art. 12, inciso I, IN de nº 22/TCE-RO-2007) FUNDEB 40%	R\$ 0,00	0,00%

Fonte: Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Buritis.

Como demonstra quadro 38, o município de Buritis não somente atingiu como ultrapassou o piso mínimo 60% (sessenta por cento), disposto na Constituição Federal, pois aplicou recursos do FUNDEB com remuneração do Magistério, neste exercício total de, 60,76%.

Com relação aos gastos com a parte administrativa com recursos do FUNDEB, o Município aplicou 35,78%, não alcançando o teto de 40% (quarenta por cento), estabelecido na carta Magna, porém o remanescente do recurso continua aplicado em conta corrente.

Esclarecemos, que os recursos destinados a Secretaria Municipal de Educação, sendo 25% dos impostos e transferências e recursos do Fundeb, 40% e 60%, são geridos pela Secretaria



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Municipal de Educação, sendo o Secretário (a) responsável pelo acompanhamento e execução orçamentário e financeiro.

20.2 - INDICADORES DAS AÇÕES COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

20.3 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS, QUANTO À EFICÁCIA E EFICIÊNCIA, DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.

A Secretaria Municipal de Educação fechou em 31/12/2015 com um saldo bancário conforme evidenciado abaixo:

QUADRO 39 (RECURSOS PRÓPRIOS E FEDERAIS)

PROGRAMA COM R.PRÓPRIO	CONTA Nº	VALOR R\$
RECURSO PRÓPRIO 25%	11.676-9	40.105,70
RECURSO PRÓPRIO – EXTRA	15.185-8	2.439,69
PMAE – Programa Municipal de Alimentação Escolar – Recurso Próprio	10.766-2	1,55
Total das contas R\$		42.546,94
PROGRAMAS CONTINUOS		
PDDE	12.305	2.584,75
Programa Salário Educação	28.361-4	273.252,75
CRECHE BB	28.466-1	4.282,42
PNATE	28.819-5	67,37
FUNDEB	10028-5	679.139,32
Programa Nacional de Alimentação Escolar	11.803-6	21.035,15
Total das contas R\$		980.361,76
CONVÊNIOS		
Convênio PAR nº19789/2013 Const. Escola Com 06 Salas Na Linha LC. 46	15.814-3	17.769,48
Convênio PAC nº 203854/2013 Const. De Quadra Escola José Bonifácio de Andrada e Silva	15.691-4	111.796,96
Convênio nº 702243/2010 Pró Infância (Creche Chapeuzinho Vermelho).	13.146-6	88.640,68
Convênio nº 05500/2013 PAC II Pro Infância Const. Creches	14.493-2	705.673,84
Convênio nº205637/2013 PAC Quadra de Esporte para Escola Pedro Eugênio	14.923-3	119.566,33



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Convênio nº201304127-13 Aquisição de Ônibus Escolar Caminho da Escola – PAR (01 ônibus)	15.752-X	6.777,86
Convênio Brasil Carinhoso	16.584-0	6.313,26
Convênio Estadual nº801468(025/PCN/2014) ampliação da Escola Josué de Castro	16.260-4	250.000,00
Convênio PAR nº 201306390 Aquisição de brinquedos didáticos	15.810-0	18.639,99
	Total das contas R\$	1.325.178,40

De acordo com o quadro acima verificamos, que a Secretaria Municipal de Educação encerrou o exercício de 2015, com um saldo significativo, no valor de R\$1.325.178,40, onde reforçamos nossas recomendações para que seja melhor investidos estes recursos, uma vez, que tendo o recurso disponível, não justifica a falta de aplicação dos mesmos.

Procuramos a Secretaria, e a mesma justificou que houve aplicação sim, os saldos disponíveis se deram por conta de pendências por parte dos fornecedores e prestadores de serviços no final de 2015, o FUNDEB, por exemplo, já estava comprometido com transporte escolar, sendo pago no início de 2016. Os demais saldos de recursos continuados estavam comprometidos sim com aquisições e prestação de serviços, porém houve transtornos quanto à entrega de materiais por parte dos fornecedores, ficando a execução para início de 2016.

Já no quadro dos Convênios, verificamos que muitos deles estão com problemas bem como: Os Convênios referente Construção das Quadras das Escolas José Bonifácio de Andrada e Silva e Escola Pedro Eugênio Marcílio, serão devolvidos, devido o valor pleiteado no Convênio não ser suficientes para a efetiva execução, sendo inexequível, não podendo a Secretaria arcar com os valores atualizados, conforme planilha de custo.

O Convênio do PAR nº 19789/2013 Const. Escola Com 06 Salas Na Linha LC. 46, iniciou no exercício de 2015, porém a empresa entrou com pedido de desistência, o qual está sendo confeccionado o Distrato, para nova licitação.

O Convênio nº 702243/2010, Pró Infância (Creche Chapeuzinho Vermelho), está em fase de conclusão, pois todo o valor oriundo do recurso federal foi executado, foi suplementada a ficha 124, através da Lei nº 974 e decreto nº5753 De Obras e Instalações, tendo em vista a necessidade de empenho de realinhamento de planilha de custo da construção da escola Chapeuzinho Vermelho no valor de R\$180.000,00, no entanto, devido à indisponibilidade financeira só foi possível o empenho e pagamento de R\$ 40.000,00, ficando para o ano subsequente a realização do restante. A previsão para conclusão está prevista para Maio de 2016.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

O Convênio nº 201304127-13 Aquisição de Ônibus Escolar Caminho da Escola – PAR (01 ônibus), foi executado e entregue a Secretaria.

Salientamos que nossa análise foi realizada por amostragem, não citando o cronograma de todos os Convênios, mas evidenciando quantos Convênios a Secretaria tem em andamento.

No quadro abaixo, analisamos em percentual o que foi investido em cada programa conforme demonstração das ações e metas desenvolvidas por amostragem, como também as alterações orçamentárias:

QUADRO 40

PROGRAMAS		PERCENTUAIS								
Prog.	Denominação	Fixado	Alterações	Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Emp.	Liq.	Pago %
1001	Apoio financeiro a Ass. Estudantil (Rec. Próp.)	29.513,14	-29.000,00	513,14	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
JUSTIFICATIVA: Apoio financeiro a Associação Estudantil foi anulado pelo decreto nº5694 e Lei nº965 , o valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), tendo em vista que não foi firmado convênio no exercício de 2015, para a execução do repasse, tal orçamento foi remanejado para suprir as necessidades de Indenizações Trabalhistas da Secretaria Municipal de Educação dentro dos 25% pelo processo de rescisão contratual nº1080/2015 referente a agosto de 2015; foi remanejado do Programa 1001 para o programa 1002 , através do decreto nº 5603 e Lei nº 926 o Valor de R\$ 10.000,00 para o convênio nº 801.468/2014 ; Ampliação da Escola Josué de Castro como contra partida o qual não havia sido previsto no orçamento.										
1.001	Programa Municipal De Alimentação Escolar (PMAE) RP.	192.787,05	0,00	192.787,05	152.730,91	152.730,91	152.730,91	79,22%	100,00%	100,00%
JUSTIFICATIVA: O programa municipal de alimentação escolar foi executado a contento onde através do P.E.A.E - Programa de Escolarização da Alimentação Escolar, foi realizado o repasse das 10 parcelas para os Conselhos Municipais de cada unidade escolar, totalizando o valor de R\$145.861,00 e aquisição de gêneros alimentícios pra as escolas Multisseriadas no valor de R\$ 6.869,91, foi adquirido o equivalente a 7ª parcelas sendo que a 8ª, 9ª e 10ª foi reprogramada para o exercício de 2016, a quantidade de alunos atendido foi de 332 nas escolas Multisseriadas , foram atendidos 139 alunos do AEE (Atendimento Educacional Especializado) , 535 alunos na pré escola (alunos em idade de 4 a 5 anos), 383 alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos) e 3.606 alunos do ensino fundamental do 1º ao 5º ano da educação básica. Totalizando 4.995 alunos atendidos com alimentação escolar adequada de acordo com cardápio elaborado pela nutricionista com acompanhamento do CAE (Conselho de Alimentação Escolar) e planejamento do setor de Alimentação.										
1001	PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	3.138,64	0,00	3.138,64	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
JUSTIFICATIVA: O programa não foi executado devido o recurso financeiro ter sido depositado em conta somente no dia 11/11/2015 o valor de R\$ 2.140,00, as necessidades das escolas foram atendidas por outras fontes de recurso, e o saldo acima evidenciado será investido no ano de 2016, pelo que observamos, não ficou descoberto o atendimento.										
1002	PNATE - Programa Nacional de Transporte	105.358,95	0,00	105.358,95	23.431,64	23.431,64	23.431,64	22,24%	100,00%	100,00%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

	Escolar									
<p>JUSTIFICATIVA: Programa Nacional de Transporte Escolar foi executado parcialmente, tendo em vista que no exercício de 2015 o repasse financeiro do Governo Federal, foi recebido somente uma parcela no valor R\$11.973,64, no mês de Janeiro de 2015 e 11.458,00, são provenientes de reprogramação financeira e rendimentos, o programa está suspenso por problemas de prestação de contas no exercício de 2006, o município está tomando as providências para voltar receber o recurso, no entanto foi aplicado o valor de R\$ 1.835,59 nas despesas de pagamento de documentos dos ônibus DETRAN e R\$ 21.596,05 em peças e pneus para manutenção dos ônibus escolares que realizam o transporte escolar, igualmente vale ressaltar que as despesas com manutenção de veículos foram custeadas com outras fontes de recursos.</p>										
1002	Aquisição de merenda escolar p/ unidades escolares PNAE	444.788,34	0,00	444.788,34	367.985,70	367.985,70	367.985,70	82,73%	100,00%	100,00%
<p>JUSTIFICATIVA: O programa Nacional de alimentação escolar foi executado a contento, onde através do P.E.A.E programa de Escolarização da Alimentação Escolar foi realizado o repasse das 10 parcelas para os conselhos municipais de cada unidade escolar, totalizando o valor de R\$349.380,00 e aquisição de gêneros alimentícios para as escolas Multisseriadas no valor de R\$ 18.605,70, foi adquirido o equivalente a 8 parcelas sendo que a 9ª e 10ª foram reprogramadas para o exercício de 2016, a quantidade de alunos atendido foram de 332 alunos nas escolas Multisseriadas, foram atendidos 139 alunos do AEE (Atendimento Educacional Especializado) , 535 alunos na pré escola (alunos em idade de 4 a 5 anos), 383 alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos) e 3.606 alunos do ensino fundamental do 1º ao 5º ano da educação básica. Totalizando 4.995 alunos atendidos com alimentação escolar adequada de acordo com cardápio elaborado pela nutricionista e acompanhamento do CAE (Conselho de Alimentação Escolar) e planejamento do setor de Alimentação Escolar.</p>										
1002	Pagamento de folha dos servidores efetivos 25%	904.440,49	1.677.161,24	2.581.581,73	2.294.242,90	2.294.242,90	2.294.242,90	88,87%	100,00%	100,00%
<p>JUSTIFICATIVA: Este recurso praticamente foi investido para custear pagamentos de servidores, dentro do repasse dos 25% foi realizada alteração orçamentária tendo em vista que o planejado foi insuficiente sendo imprescindível a suplementação de R\$ 1.677.161,24 (hum milhão seiscentos e setenta mil, cento e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos), no qual foi custeado o pagamento de salários de média de 78 servidores do quadro, tanto os com vínculos (efetivos) e sem vínculos (comissionados), comprometendo o investimento em outras ações, voltadas para a Educação Básica, que é o compromisso da Secretaria.</p>										
1002	Pagamento de Folha dos Servidores FUNDEB 60%	10.109.310,63	643.000,00	9.466.310,63	9.299.328,62	9.281.639,48	9.281.639,48	98,24%	99,81%	100%
<p>JUSTIFICATIVA: O FUNDEB 60% foi alterado sofrendo anulações através do decreto nº 5926 e Lei nº 999, pois o estimado foi superior ao utilizado, anulando R\$ 443.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais) os quais suplementaram o apoio administrativo da Educação Básica FUNDEB 40% para o empenho e pagamento da manutenção do Transporte Escolar, foi necessário o pagamento de locação de imóvel para funcionamento da Extensão da Escola Paulo Freire o qual não estava previsto na Loa e foi remanejado o orçamento para a despesa dentro do programa de apoio administrativo do FUNDEB 40% no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) autorizado através da Lei nº 974 e decreto nº5753; foi investido com folha de pagamento necessários para aprimorar e resgatar a valorização do magistério de 259 (duzentos e cinquenta e nove) professores, no qual foi incluso em suas remunerações a Gratificação de incentivo ao exercício do magistério aprovado através da Lei 958/2015, os quais estão lotados nas 30 (trinta) unidades escolares e técnicos lotados da Secretaria Municipal de Educação, vale ressaltar que foram atendidos.</p>										
1002	Pagamento de folha dos servidores efetivos 40%	4.438.667,57	- 460.000,00	3.978.667,57	3.615.617,39	3.615.154,57	3.615.154,57	90,88%	100,00%	99,99%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

JUSTIFICATIVA: FUNDEB 40% foi remanejado dentro do próprio programa através do **decreto nº 5694** e **Lei nº965** o valor de **R\$ 460.000,00** (Quatrocentos e sessenta mil reais) os quais suplementaram o apoio administrativo da Educação Básica **FUNDEB 40%**, para o empenho e pagamento da manutenção do Transporte Escolar, com o programa foi executado também com pagamento de salários de **318** (trezentos e dezoito) servidores, como vigias, zeladoras, cozinheiras, inspetores de pátio, cuidadores (as), supervisores, orientadores, secretária escolar, diretor e vice-diretores, os quais estão lotados nas **30 (trinta) unidades escolares** e técnicos lotados da Secretaria Municipal de Educação.

1002	Apoio as Atividades Administrativas da Ed. Básica FUNDEB 40%	1.366.230,61	843.000,00	2.209.230,61	1.849.722,69	1.849.722,69	1.849.722,69	83,73%	100,00%	100,00%
-------------	---	---------------------	-------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------	----------------	----------------

JUSTIFICATIVA: No FUNDEB 40% foi remanejado dentro do próprio programa através do **decreto nº 5694** e **Lei nº965** e **decreto nº5926 Lei nº999** o valor de **R\$ 460.000,00** (Quatrocentos e sessenta mil reais) e **443.000,00** (Quatrocentos e quarenta e três mil reais) os quais suplementaram o apoio administrativo da Educação Básica **FUNDEB 40%** para o empenho e pagamento da manutenção do Transporte Escolar o qual foi autorizado pelo decreto nº 5926 e Lei nº 999, o programa do Transporte ao Escolar da Educação Básica, até o mês de Agosto foi executado parcialmente, pois houve problema na execução por parte da empresa prestadora dos serviços tais como: ônibus quebrado, falta de motoristas, falta de combustível, falta de comunicação por parte da empresa para com a Secretaria, acordos não cumpridos. Devido a tudo isso se encerrou o contrato no mês de Setembro e deu início um novo processo de Contratação Emergencial, onde a partir do dia 08 de Setembro o Transporte Escolar Terceirizado foi efetivada e saneada a problemática do transporte escolar executando assim todos os trajetos conforme previsto no processo. Foi necessário a criação de ficha para serviço de pessoa física para pagamento da locação da extensão da Escola Paulo Freire, onde atende a educação infantil devido o espaço ser composto por sete salas de aulas, uma cozinha, salas de administração, de professores e direção e pátio devidamente coberto neste espaço atende 330 alunos, sendo necessário o remanejamento para custear a despesa de locação no valor de 60.000,00, o qual foi autorizado através do decreto nº 5753 e Lei 974.

1002	Programa Salário Educação	815.180,55	0,00	463.772,95	461.180,43	461.180,43	461.180,43	56,89%	99,44%	100,00%
-------------	----------------------------------	-------------------	-------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	---------------	---------------	----------------

JUSTIFICATIVA: Programa Salário Educação teve remanejamento dentro do próprio programa ficando diferente do planejado, tendo em vista que foi necessário a aquisição de materiais para manutenção da frota do transporte escolar e aquisição de materiais de construção e elétricos para manutenção das instalações das unidades escolares, sendo indispensável à anulação de serviço para suplementar a ficha de material de consumo no valor de **R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)** pelo **decreto nº5753** e **Lei nº974**, o recurso acima foi aplicado em Material de Consumo: Gás para escolas, materiais de expediente: educativo e esportivo, materiais de limpeza, papelaria, materiais de construção, materiais elétricos, cartuchos de toner, peças e pneus para veículos (ônibus, F 4.000) materiais gráficos) = R\$ 353.887,73.

Serviços de terceiros pessoa jurídica: serviços de manutenção de aparelho de ar condicionado, serviços de recuperação lanternagem interna e externa, teto e colocação de vidros em veículo, taxas de análise de projeto de prevenção de incêndio (corpo de bombeiros), taxas bancárias, energia elétrica das escolas e locação de software para escolas = R\$ 78.677,97;

Despesas de exercícios anteriores com Salário Educação (Energia elétrica das escolas, gás e manutenção de aparelhos de condicionadores de ar) = R\$ 24.901,64;

Equipamento e material permanente = R\$ 3.713,09 investido na aquisição de extintores para as unidades escolares. Vale ressaltar que o orçamento não foi executado totalmente devido a problemas com a entrega de materiais e morosidade das empresas as quais foram notificadas como já estava finalizando o exercício os saldos foram reprogramados para 2016, onde os mesmos serão investidos em sua totalidade.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

1002	Manutenção do Transporte esc. Educação Básica 25%	3.043.398,30	1.919.592,82	1.123.805,48	27.423,20	27.423,20	27.423,20	2,44%	100,00%	100,00%
<p>JUSTIFICATIVA: Foi empenhado e pago 4.648 km totalizando o valor de R\$ 27.423,20 uma vez que na escola José Américo não foi possível concluir o ano letivo de 2014, o qual só foi concluído em 19 de janeiro de 2015, sendo necessário o custeio de 07 trajetos para tanto, o programa não foi executado em sua totalidade tendo em vista que é orçado com recurso próprio e devido à queda de receita as despesas com transporte escolar foram custeadas com recurso do FUNDEB 40%, parte do orçamento foi remanejado para suplementar a ficha 91 de pagamento de vencimentos de servidores no valor Total R\$1.121.997,12, suplementação da ficha 123 de despesas de exercício anteriores no valor de R\$322.492,82, suplementação da ficha 92 de Obrigações patronais no valor de R\$115.936,40, suplementação da ficha 94 de Obrigações patronais no valor de R\$86.953,11, Suplementação da ficha 93 de Indenizações trabalhistas valor R\$ 50.195,49, suplementação da ficha 95 de Auxílio alimentação no valor de R\$ 42.017,88 e suplementação da ficha 124. De Obras e Instalações visando o empenho da contra partida da construção da escola Chapeuzinho Vermelho no valor de R\$180.000,00. Os remanejamentos foi feitos através da Lei nº 931 e decreto nº 5503, Lei nº941 e decreto nº5541, Lei nº 947 e decreto nº 5622 e Lei nº 974 e decreto nº5753.</p>										
1002	Manutenção das Atividades da Sec. Municipal de Educação 25%	1.123.139,22	500.158,42	1.623.297,64	1.137.371,69	1.137.371,69	1.126.426,55	70,07%	100,00%	99,04%
<p>JUSTIFICATIVA: Foi remanejado dentro do próprio programa anulado da Ficha 119 Diárias o valor de R\$ 20.000,00, tendo em vista a necessidade de empenho e pagamento de indenizações e Restituições trabalhistas na ficha 93, pelo decreto nº5694 e Lei nº 965, tal remanejamento foi necessário devido à necessidade de pagamentos de rescisões de servidores exonerados, foi remanejado o valor de 17.334,40 através do decreto 5466 Lei 899 para suplementar o programa de pagamento de servidores a ficha 123 foi suplementada em R\$322.492,82 devido à necessidade de pagamento de rescisões referente a 2014 a ficha 123 foi suplementada com o valor de R\$ 15.000,00 remanejado da secretaria municipal de planejamento conforme decreto nº5716 e Lei nº967 e suplementada com mais R\$ 200.000,00 remanejado da Secretaria Municipal de Fazenda através do decreto nº 5325 e Lei nº899. O orçamento só foi executado 70,07% em relação ao empenhado, foi anulado o empenho em favor da empresa Prestigio transporte por motivo de distrato com a empresa, foi anulado diárias de servidores por falta de comprovações devidas para o pagamento, anulado processo de aquisição de combustível devido o planejado ter ficado superior ao consumo, bem como aquisição de gás e água, também anulado processos de aquisição de materiais de expediente, gêneros alimentícios e materiais de limpeza, por falta de entrega por parte das empresas as quais forma notificadas. Foi anulado o processo de locação de imóvel onde funciona a formação continuada o qual não foi possível o pagamento devido aos fatores limitantes apurados pela comissão de vistoria no qual o proprietário estava pendente com a documentação, justificando assim o motivo pelo qual o orçamento não foi devidamente executado.</p> <p>O programa foi executado de forma eficiente de acordo com o financeiro com custeio de diárias para pagamentos de despesas de hospedagem, alimentação e locomoção de servidores, conselheiros e professores para formação e capacitação, reuniões e encontros entre outros. Aquisição de Material de consumo Combustível (gasolina) e pneus para veículos leves, gás e água para prédio da SEMED, UAB, Conselho Municipal e Dep. de Alimentação Escolar, gêneros alimentícios café, açúcar e chá, produtos de limpeza, papeleria materiais gráficos ex: capa de processos e carimbo com Locação de imóveis para funcionamento da Formação continuada e UAB e departamento de alimentação e parcial da Escola Paulo freire – extensão, despesas com pagamento de Transporte Escolar referente ao parcelamento de reconhecimento de dívida de 2014, vigilância eletrônica, programa de contábil, taxas do DETRAN, Serviços bancários, serviço de telefonia e energia elétrica e as despesas de exercício anteriores como (Diárias, energia elétrica, transporte escolar, gás, água, Indenizações, restituições e rescisões). Atendendo de forma eficiente a demanda da Secretaria Municipal de Educação, que no início de 2015, passava por grandes problemas judiciais (Operação Perfídia), que causou transtornos por falta de credibilidade naquele momento, para nós da Controladoria foi encerrado o exercício acima das expectativas que vínhamos acompanhando.</p>										

De acordo com o exposto acima, observamos várias alterações orçamentárias, esta Controladoria através de ofícios, reuniões e memorandos recomendou em 2015, por várias vezes, se posicionando contrária a estas práticas, que evidencia falta de planejamento por parte das Secretarias. Após análise vimos que as mesmas não conseguiriam encerrar os exercícios sem praticar tais atos. Mediante o exposto RECOMENDAMOS, a Secretaria Municipal de



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Planejamento e Secretaria Municipal de Educação, através deste sucinto relatório, para suspender estas práticas e ter maior controle orçamentário, do que fora planejado inicialmente.

Contudo visando promover a eficiência, eficácia e efetividade dos Programas Metas e Ações, conforme nossa análise para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem na educação básica mensurando os parâmetros programados através de índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB) onde os índices **projetados** para os anos **iniciais de 1º ao 5º ano, em 2013 foi de 4,2 e o alcançado foi de 5,6. Ficando superior ao estimado.** Para o **6º ao 9º ano** foi **projetado 3,9 e foram alcançado 3,8, ficando inferior ao projetado pelo MEC. O setor Pedagógico atribui esta média inferior devido aos transtornos enfrentados com transporte escolar e também com o grande volume de chuvas.**

Quanto aos resultados de 2014 e 2015 o INEP ainda não divulgou o resultado das avaliações aplicadas. A Secretaria vem trabalhando com objetivo de alcançar a nota 6,0(seis) a qual se considera bom em consonância com os objetivos macros do governo federal, estipulados em 2012, que vem garantir a oferta, manutenção e melhoria da educação básica conforme a Lei 9.394/96.

A Secretaria Municipal de Educação implementou e melhorou ações e metas conforme análise abaixo de acordo com os programas a seguir:

2019 - PAGAMENTO DA FOLHA DOS SERVIDORES EFETIVOS – 60% FUNDEB.

Esta Ação foi executada – Onde todos os Profissionais do Magistério totalizando **259 (duzentos e cinquenta e nove)** professores, onde foi incluso em suas remunerações uma Gratificação de incentivo ao exercício do magistério, aprovada através da Lei 958/2015.

Outro fator primordial foi o investimento em formação continuada de professores e técnicos para tanto foi oferecido pelo Centro de Formação continuada os curso descritos abaixo para professores, supervisores, diretores e outros profissionais conforme abaixo:

- ✓ AEE- atendimento educacional especializado capacitando 12 professores;
- ✓ Alimentação escolar 12 profissionais;
- ✓ Gestão Escolar 05 professores;
- ✓ Alfabetização e linguagem 01 professor;
- ✓ Psicopedagogia 03 professores;
- ✓ Técnico em finanças 29 profissionais;
- ✓ Infraestrutura Escolar 17 profissionais;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

- ✓ Gestar I de língua Portuguesa 26 professores;
- ✓ Gestar II Psicopedagogia 25 professores;
- ✓ Gestar II interdisciplinar 05 professores;
- ✓ Gestão Escolar com ênfase em orientação 03 professores;
- ✓ Gestão Escolar com ênfase em supervisão 05 professores;
- ✓ Letras 16 alunos;
- ✓ Pedagogia 40 alunos;
- ✓ Tecnologia da informação e comunicação e técnico em internet 50 alunos;
- ✓ Educação à distância 04 alunos com ênfase na formação de tutores;
- ✓ Educação Física Escolar 05 professores;
- ✓ Libras 03 professores;
- ✓ Administração 19 alunos;
- ✓ Formação pela escola 27 alunos.

Através dos recursos para manutenção FUNDEB 40%, foi realizado pagamento da locação da extensão da escola Paulo Freire onde atende a educação infantil o espaço é composto por 7 salas de aulas, 1 cozinha, salas de administração, de professores e direção e pátio devidamente coberto neste espaço atende 330 aluno.

2022 – PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO.

FORAM DESENVOLVIDAS AS AÇÕES A SEGUIR:

- ✓ Construção de 362 metros de muros nas laterais e no fundo da Escola Paulo Freire;
- ✓ Manutenção da rede elétrica da Escola José Américo;
- ✓ Manutenção da instalação elétrica e instalação de padrão na Escola Chapeuzinho Vermelho;
- ✓ Manutenção na rede elétrica e Instalação de 07 (sete) aparelhos de ar condicionado, recuperação do telhado e forro da sala de biblioteca causado por ventos na Escola Tiradentes.

2024 – PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O programa Nacional de alimentação escolar foi executado a contento onde através do P.E.A.E programa de escolarização da alimentação escolar foi realizado o repasse das 10 parcelas para os conselhos municipais de cada unidade escolar totalizando o valor de R\$349.380,00 e aquisição de gêneros alimentícios pra as escolas Multisseriadas no valor de R\$ 18.605,70, foi adquirido o



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

equivalente até a 6ª parcela sendo que a 7ª, 8ª, 9ª e 10ª foi reprogramada para o exercício de 2016, a quantidade de alunos atendido foi de 332 alunos nas 20 escolas Multisseriadas, foram atendidos 139 alunos do AEE (Atendimento Educacional Especializado), 535 alunos na pré escola (alunos em idade de 4 a 5 anos), 383 alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos) e 3.606 alunos do ensino fundamental do 1º ao 5º ano da educação básica. Totalizando 4.995 alunos atendidos com alimentação escolar adequada de acordo com cardápio elaborado pela nutricionista e acompanhamento do CAE (Conselho de Alimentação Escolar) o qual foi planejado e executado pelo setor de Alimentação Escolar.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- ✓ Participação da palestra realizada pela CONAB em Buritis para os pequenos produtores, na UAB;
- ✓ Realização do teste de aceitabilidade (produto: iogurte), produto da agricultura familiar, na escola Paulo Freire (extensão: amiguinho), realizado com 100 (cem) crianças; o produto teve boa aceitação e foi incluso no cardápio de alimentação escolar;
- ✓ Calculo do cardápio com iogurte para compras preparações do AEE;
- ✓ Reestruturação da Instrução Normativa da Seção de Alimentação Escolar;
- ✓ Elaboração de cardápios para escolas municipais, conforme a realização de certames, durante o ano: Chapeuzinho Vermelho, Josué de Castro, Paulo Freire, Pedro Eugênio Marcílio, Sebastião Theodoro Bernardo Filho, José Américo de Almeida, José Bonifácio de Andrada e Silva, Maria Alves de Souza, Maria Marta Braga e Tiradentes; para os seguintes segmentos: pré-escola, fundamental, AEE e EJA;
- ✓ A cada realização do certame, escolas Urbanas e Pólos: registro de ata e termo de renúncia à interposição de recursos referentes ao julgamento da habilitação e da proposta comercial;
- ✓ Coordenação da realização da compra da Agricultura Familiar pelo pequeno produtor;
- ✓ Palestra sobre “Alimentação e Nutrição”, na escola Buritis, com as turmas: 6º, 7º, 8º, 9º e o ensino médio, com aproximadamente 280 alunos em três turnos (matutino, vespertino e noturno);
- ✓ Palestra sobre PNAE para alunos da escola Pedro Eugênio Marcílio, a pedido da aluna que finalizou o curso Técnico em Alimentação escolar, que trabalha nesta escola, aproximadamente 550 alunos, período matutino e vespertino;
- ✓ Elaboração de cardápios anual, para: APAE, MULTISSERIADAS E CRECHE;
- ✓ Realização de controle sobre DAP de produtores durante o ano, a cada compra realizada e



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

informação aos mesmos;

- ✓ Controle de notas produtoras para escolas conforme cada produtor;
- ✓ Confeção do memorando (requisição) para compra da agricultura familiar;
- ✓ Parceria com o programa de aquisição de alimentos (PAA) no ano de 2015 onde no ano de 2015 foram entregues nas unidades receptoras (escolas) produtos adquiridos direto do produtor em termo de doação simultânea através do Projeto RO/2014/02/0027, no valor 41.300,00 que foram entregues até o momento o valor de 21.822,64 da associação ASPRO-3 que atende quatro escolas sendo elas (Tiradentes, José Américo, Maria Marta e Chapeuzinho) Produtos que atende 1067 alunos da rede municipal de Buritis. Conforme projeto elaborado em números de alunos de 2014; Projeto RO/2014/02/0026, no valor 76.600,00 que foram entregues até o momento o valor de 45.370,56 da associação APRUMAS que atente seis escolas sendo elas (Josué de Castro, Paulo Freire, Sebastião Theodoro, Pedro Eugênio, Maria Alves, José Bonifácio) produtos que atende 3.486 alunos da rede municipal de Buritis. Conforme projeto elaborado com números de alunos de 2014.
- ✓ Parceria com o Programa da CONAB no qual utiliza o caminhão F 4000 Baú para a entrega semanal buscando nas associações e levando para as escolas todas as segundas e terças feira

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO

- ✓ Lotação de servidores nas unidades escolares;
- ✓ Elaboração do Calendário Escolar: Reunião com os diretores para ajustamento do calendário e reprogramação do calendário Escolar nos meses de fevereiro, março e Abril;
- ✓ Semana Pedagógica reunião com diretores, a qual definiu as atividades pedagógicas que as escolas realizaram;
- ✓ Reunião com a equipe técnica para acompanhamento, elaboração e execução do plano de ação da equipe pedagógica;
- ✓ Projeto de reposição de conteúdos, coordenação junto aos departamentos do projeto nas escolas que dependem do transporte escolar e alunos faltosos em consonância com as Resoluções 7/2010/CNE e Resolução 4/2012/CME o qual atendeu 5 escolas pólos com **1.122 alunos**;
- ✓ PDDE Interativo nas Escolas Pólos, resolução das pendências e encaminhamentos ao FNDE;
- ✓ Solicitações de ajustes nos programas: Escolas do campo, sustentabilidade, Água na Escola, Acessibilidade;
- ✓ PDDE Interativo Básico e Atleta na Escola, monitoramento da execução das ações



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

pedagógicas de 2015 no Plano de Ação;

- ✓ Acompanhamento da construção do Plano Estratégico das escolas e planejamento para 2016.
- ✓ Acompanhamento da aplicação dos recursos, orientação para os diretores para seguir a legislação vigente, o Trabalho em consonância com o setor de prestação de contas online;
- ✓ PDDE - Interativo Municipal realizando as correções de todas as ações elaboradas pela escola e encaminhamento ao MEC;
- ✓ Provinha Brasil Sistema Virtual: Capacitação de coordenadores pedagógicos da SEMED no sistema *online* 23 profissionais atendidos;
- ✓ Classificação e Reclassificação de alunos: Orientar as escolas durante o processo 5 escolas atendidas um total de 30 alunos;
- ✓ Propostas Pedagógicas e Regimento Acompanhar e orientar as escolas na elaboração dos documentos apontar sugestões de melhorias na implementação dos documentos 20 profissionais atendidos;
- ✓ Fichas de Acompanhamento dos alunos do PRÉ – ESCOLAR e 1º ao 3º ano acompanhar os supervisores na execução da prática onde foi realizado 5 reuniões e 30 profissionais atendidos;
- ✓ AEE e Cuidadores acompanhamento junto aos orientadores o trabalho com os alunos NEE com 3 reuniões e 5 profissionais atendidos;
- ✓ **Educação Infantil:** acompanhamento do plano de ação dos professores e formação e realização de capacitação para 41 professores da educação infantil.
- ✓ Mobilização para a Construção da BASE NACIONAL COMUM-BNC 580 profissionais atendidos;
- ✓ Nas Escolas urbanas de 1º ao 5º ano foi realizado o acompanhamento do plano de ação dos professores com visitas Periódicas nas 06 escolas.
- ✓ **Projeto de Correção de Fluxo SE LIGA** acompanhamento do projeto nas escolas, Formação Continuada do Programa, Realizar Planejamento atendimento de 32 alunos, 12 pessoas da comunidade e 4 profissionais envolvidos;
- ✓ **Inspecção Escolar:** Foi promovido para os secretários escolares de acordo com as resoluções vigentes do CME 05 profissionais atendidos, Realizar visitas periódicas nas escolas para apoiar os secretários e equipe gestora na atualização do arquivo e documentação escola o qual atendeu 30 profissionais, acompanhamento do processo de reclassificação de 45 alunos;
- ✓ Acompanhamento da estatística de 4º ao 9º ano;
- ✓ Acompanhamento do diagnóstico;
- ✓ Acompanhamento do processo avaliativo.
- ✓ Realinhamento do PME - Plano Municipal de Educação;



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL**

- ✓ Realização de a audiência publica do PME - Plano Municipal de Educação.

PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA

Este programa foi executado por meio de adesão à ata de pregão eletrônico, para registro de preços – disciplinado pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte Escolar. O serviço apontado dentro outros objetivos, é fundamental para o acesso e a permanência dos estudantes moradores da Zona rural nas escolas públicas da educação básica, reduzindo a evasão escolar em observância às metas do Plano de Ações Articuladas (PAR). Assim sendo considerando o diagnostico da situação educacional relativa à infraestrutura física e recursos pedagógicos o município de Buritis foi contemplado com 01 (um) Micro ônibus com 01 (uma) área reservada (Box) para cadeira de rodas o valor do convênio foi de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) o ônibus realiza o transporte de 16 alunos. Melhorando a qualidade de vida dos alunos.

CONSTRUÇÃO DA ESCOLA CHAPEUZINHO VERMELHO

Para desenvolver um projeto de ampliação de vagas na Educação Infantil e está sendo executado a Construção da Escola Chapeuzinho Vermelho a qual atenderá a educação infantil, aplicando-se o ensino infantil conforme preconiza a Lei e atendimento ao PPA, garantindo mais crianças na escola, em espaços adequados, de qualidade e com profissionais formados, dispondo de qualificação permanente em serviço, ressaltando a economia e rescisão do contrato de locação da extensão da Escola Paulo Freire.

Com todos os problemas enfrentados pela Secretaria de Educação, podemos dizer que os programas, metas e ações foram desenvolvidas com eficiência.

20 – DOS RESULTADOS OBTIDOS, COMPARATIVAMENTE AS DESPESAS PLANEJADAS E EFETIVAMENTE EXECUTADAS EM TERMO QUANTITATIVO E QUALITATIVO, REFERENTE AOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS.

QUADRO 41



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

1ª AÇÃO PLANEJADA: ANOS - 2013, 2014 E 2015, PROG.1002 GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO

2024 - PNAE PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

PROGRAMA REFERENTE AOS ANOS: 2013 A 2015- PROGR-1002 – GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO

Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios						Resultado Obtido
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Ação voltada para a alimentação Escolar, observamos que foi no eficiente, eficaz e efetiva, pois executou mais do que havia previsto, com o inicialmente planejado na gestão desta ação, a aplicação do recurso, foi superior ao planejado tendo em vista a reprogramação de saldos financeiros remanescentes de exercício anterior, o qual foi reprogramado o investido em 2015. As 10 parcelas do recurso recebido do governo federal foram repassadas aos conselhos municipais de cada unidade escolar Demonstrando nesta projeção, em termos quantitativos e qualitativos foi superior dos exercícios anteriores. Aplicando 109,48% dos recursos Planejados.
2013	2013	2014	2014	2015	2015	
R\$324.438,70	R\$121.762,13	R\$373.406,04	R\$293.724,00	R\$326.360,00	R\$357.320,00	

2ª AÇÃO PLANEJADA: ANOS 2013, 2004 E 2015, PROGR. 1002 – GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO

Programa: Anos 2013 a 2015 –PROGRAMA – 2023 - PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE

Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios						Resultado Obtido
2013	2013	2014	2014	2015	2015	O programa Nacional de



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

R\$169.406,60	R\$220.574,99	R\$175.365,44	R\$159.662,75	R\$105.358,95	R\$23.431,64	Transporte Escolar foi executado parcialmente tendo em vista que no exercício de 2015 o repasse financeiro do governo federal, foi de somente uma parcela, o programa foi suspenso por problemas de prestação de contas referente ao exercício de 2006, o valor aplicado foi referente a uma única parcela e saldo reprogramado de exercício anterior, o programa não foi eficiente e atingiu somente 22,23% entre o Planejado e Executado.
---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	--------------	--

3ª AÇÃO PLANEJADA: ANOS 2013, 2004 E 2015, PROGR. 1002 – GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA 2019 – PAGAMENTO DE FOLHA DE SERVIDORES EFETIVOS FUNDEB 60%
PROGRAMA 2020 – PAGAMENTO DE FOLHA SERVIDORES EFETIVOS FUNDEB 40%
PROGRAMA 2021 – APOIO AS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDEB 40%

Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios

Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios						Resultado Obtido
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Ação voltada para o atendimento à educação básica, onde observamos que o valor orçado não foi atingido faltando 4,92% do programado, o percentual de investimento com a valorização do magistério foi de 61.5% . Quanto à aplicação do recurso foi eficiente ficando evidenciado que o quantitativo e qualitativo foi dentro da normalidade atingindo 95,08% , e o saldo remanescente aplicado em conta.
2013	2013	2014	2014	2015	2015	
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
12.917.341,00	13.334.951,46	14.892.467,47	13.306.143,39	15.860.477,85	15.080.410,22	

4ª AÇÃO PLANEJADA: ANOS 2013, 2004 E 2015, PROGR. 1002 – GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA: Anos 2013 a 2015- P0016 – PROGRAMA 2022 – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios

Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios						Resultado Obtido
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Nesta ação, foi construído 362



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

2013	2013	2014	2014	2015	2015	
R\$697.931,92	R\$658.245,68	R\$700.813,87	R\$547.652,63	R\$630.000,00	R\$461.180,43	metros de muros, na escola Paulo Freire, manutenção da rede elétrica na escola José Américo, manutenção da instalação elétrica com colocação de Padrão na escola Chapeuzinho Vermelho, manutenção da rede elétrica e instalação de sete aparelho de ar condicionado, recuperação de telhado e forro da sala da biblioteca, na Escola Tiradentes, em termos quantitativos e qualitativos foi inferior aos anos anteriores, mas dentro do que foi planejado e executado atingiu um percentual de: 73,20% , o restante do recursos ficou em conta.

21 - DAS EXECUÇÕES DE CONVÊNIOS SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Convênio n.º233/PCN/2014

QUADRO 42

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
PAVIMENTAÇÃO COM DRENAGEM EM VIAS	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015, tendo sido licitado e empenhado durante o exercício. Executou-se 52,36% da obra em 2015, ficando 47,64% a ser executado no exercício de 2016.	<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 254.729,17 • Ficando o saldo inscrito em Restos a Pagar não processado para continuidade da obra em 2016 	<ul style="list-style-type: none"> • 52,36% em 2015, conforme medições apresentada.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Convênio n.º026/PCN/2014

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
PAVIMENTAÇÃO EM VIAS	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015, sendo executado 76,64% da obra em 2015, porém não pagos por falta de tempo hábil, pois a medição foi apresentada no fechamento do exercício de 2015. Ficando 23,36% a ser executado no exercício de 2016.	<ul style="list-style-type: none">• R\$ 254.804,54• Ficando o saldo inscrito em Restos a Pagar não processado para continuidade da obra em 2016	<ul style="list-style-type: none">• 76,64% executado em 2015, conforme.

Convênio n.º325/PCN/2014

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015, por exigência do Ministério da Defesa- Programa Calha Norte, porém o projeto básico de engenharia e o pagamento do convênio só ocorreram na última quinzena de dezembro, não havendo tempo hábil para realização do certame licitatório e posterior empenho. Para tanto a execução ficou para execução totalmente no ano de 2016.	<ul style="list-style-type: none">• R\$ 0,00	<ul style="list-style-type: none">• 0,00% em 2015.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Contrato de Repasse N.º265.963-43/2008/CAIXA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
PAVIMENTAÇÃO EM TSD- TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO E DRENAGEM COM TUBOS EM CONCRETO CONFORME PROJETO.	Meta física não prevista no PPA, sendo inserida no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015. Trata-se de convenio firmado em dezembro de 2008 tendo sido iniciado a obra em julho de 2010 tendo sido executado 54,38% da obra ficando a mesma paralisada. Devido à paralisação fez se necessário o envio do mesmo ao órgão interveniente Caixa Econômica Federal para análise do projeto que devido a tempo de paralisação para reprogramação do custos , adequação e atualização das peças técnicas de engenharia para posteriormente elaborar novo procedimento licitatório. Não sendo aprovada tais adequações não foi possível a execução do certame licitatório, nem empenho, ficando mesma a ser executado no exercício de 2016.	<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 510.095,00 (inicial) • Em 2015 R\$ 224.952,00 	<ul style="list-style-type: none"> • 0,00% em 2015.

Convênio n.º380/PCN/2013

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS, PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM (ROTATÓRIA)	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2014 por meio da lei 804/2014. Foi executada 62%, ficando o remanescente para ser executado em 2015.	<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 355.786,29 • 	<ul style="list-style-type: none"> • 62,00% em 2014, conforme medições apresentada. • 27% executado em 2015. <p>Tendo sido glosado 11% referente à readequação do projeto, o qual fora devolvido ao ministério da defesa na prestação de contas final.</p>



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Contrato de Repasse/Convênio n.º806283/2014/MAPA/CAIXA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 956/2015. Ocorreu o processo licitatório e o empenho global do valor. Porém não houve execução do objeto contratado no exercício de 2015, pois ao término do processo licitatório e homologação do mesmo, nos encontrávamos no período de inverno amazônico, não possibilitando a ordem de serviço à empresa contratada, visando/evitando a perda dos serviços, tendo sido licitado e empenhado durante o exercício os valores empenhados encontram-se em restos a pagar.	<ul style="list-style-type: none">• R\$ 346.502,52	<ul style="list-style-type: none">• 0,00% em 2015, conforme medições apresentada.

Convênio n.º043/14/ASJUR/DEOSP/RO

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA FABRICAR MANILHAS	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015. Houve valores empenhados, liquidados e pagos dentro do exercício, perfazendo 29,00%. O restante dos valores empenhados encontra-se em restos a pagar não processados.	<ul style="list-style-type: none">• R\$ 224.815,35	<ul style="list-style-type: none">• 29,00% em 2015, conforme notas fiscais apresentadas.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Convênio n.º050/2015/FITHA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 969/2015, para atender os requisitos do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens – DER/RO. Porém não houve tempo hábil para execução do objeto contratado no exercício 2015. Todo procedimento licitatório entrou em execução no orçamento de 2016.	<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 787.891,27 	<ul style="list-style-type: none"> • 0,00% em 2015, conforme notas fiscais apresentadas.

Contrato de Repasse n.º306.455-72/2009/MTURISMO/CAIXA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015. Trata-se de convenio firmado em 2010 com inicio da obra em maio de 2011 e paralisada em agosto de 2011 devido ao não repasse do recurso financeiro ao município, após houve retomada, no entanto, em 2013 a mesma tornou a ser paralisada com 21,16% da obra executada. Em 2015 após contato com a Caixa econômica readequamos o projeto e submetemos a reanalise o qual foi aferido pela mesma, sendo assim foi realizado procedimento licitatório e empenhou-se o valor corresponde no exercício 2015. Todavia a ordem de serviço só foi emitida no ano de 2016 devido à necessidade de realocação dos feirantes para que a empresa vencedora iniciasse a obra.	<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 309.797,00 inicial • R\$ 295.302,62 para 2015 • Saldo inscrito em Restos a Pagar não processado p continuidade da obra em 2016 	<ul style="list-style-type: none"> • 0,0% em 2016



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Convênio n.º802103/2014/MAPA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
CONSTRUÇÃO DA FÁBRICA DE LICOR	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 993/2015. Trata-se de convenio iniciado em novembro de 2014 contudo não houve medição para pagamento. Passando em restos apagar tendo sido executado 27,25% da obra. Contudo devido determinação judicial a referida obra foi paralisada, ao ser chamado para retomar a obra a empresa não compareceu sendo necessário novo procedimento licitatório. Porém até o término do exercício não havia sido concluído o segundo ato licitatório, não podendo então ser empenhado.	<ul style="list-style-type: none"> • 231.456,43 (inicial) • R\$ 191.593,00 para 2015 	<ul style="list-style-type: none"> • 0,00% em 2015

Contrato de Repasse n.º303.400-46/2009/CAIXA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015. Trata de convenio firmado em 2009 Obra iniciada em 2011 com evolução de 3,30% sendo paralisada por falta de repasse por parte do ministério. Em 2015 reformulamos o convenio e submetemos a analise da caixa econômica o qual fora aferido. Porém até o término do exercício não havia sido concluído o segundo ato licitatório, não podendo então ser empenhado.	<ul style="list-style-type: none"> • 263.000,00 • R\$ 257.731,96,00 para 2015 	<ul style="list-style-type: none"> • 3,30% executado em 2011. • 0,00% em 2015



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Contrato de Repasse/Convênio n.º798579/2013/ME/CAIXA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO 1ª ETAPA	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 976/2015. Porém não houve execução do objeto contratado, tendo em vista que ao termino do processo licitatório e homologação do mesmo, encontrávamos em período de inverno amazônico, não possibilitando ordem de serviço a empresa contratada, evitando a perca dos serviços. Os serviços empenhados no orçamento 2015, ficaram 100% para execução em 2016.	<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 456.891,11 	<ul style="list-style-type: none"> • 0,00 em 2015

Contrato de Repasse/Convênio n.º811078/2014/MAPA/CAIXA

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CARGA SECA 3/4	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da lei 926/2015. Houve valores empenhados e liquidados cumprindo 100% da meta física prevista, porém não pagos, por falta de tempo hábil, pois o recurso financeiro do convênio foi repassado pelo Ministério de Agricultura nos últimos dias de fechamento do exercício.	<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 123.700,00 	<ul style="list-style-type: none"> • 0,00 em 2015

Contrato de Repasse/Convênio n.º253/PCN/2014

META FÍSICA		META FINANCEIRA	
PROGRAMADO	EXECUTADA	PROGRAMADA/ ALTERAÇÕES	EXECUTADA
AQUISIÇÃO DE	Meta física não prevista no PPA. O convênio foi inserido no orçamento 2015 por meio da	<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 84.000,00 	<ul style="list-style-type: none"> • 100% executado em 2015



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

TRATOR DE PNEUS	lei 926/2015 A meta física foi 100% executada dentro do exercício 2015. A diferença dos valores previstos e empenhados dá-se pela economia financeira na licitação do bem, o qual será devolvido ao Ministério concedente juntamente com os rendimentos de aplicação financeira.		
------------------------	--	--	--

Como podemos observar todos os Convênios acima citados, são acompanhados pela Secretaria de Planejamento, onde a mesma expôs a situação de cada contrato dos respectivos convênios, todos inseridos na LOA, por meio de Lei específica, por se tratar de Créditos Especiais. No entanto, para esta Controladoria, a execução destes Convênios, são de suma importância, mesmo tendo os mesmos passado por situações atípicas, visando o fortalecer a estrutura do Município de forma geral, e estão sendo executados conforme previsto inicialmente. Em termos quantitativos e qualitativos é imprescindível e notório a importância destes recursos, tendo esta Controladoria acompanhado para que os mesmos sejam executados conforme previsão, visando não causar prejuízos ao erário nem tão pouco aos Municípios, os principais beneficiários, os quais em muito contribuirão para a melhoria da qualidade de vida da população.

21 - DOS RECURSOS INVESTIDO EM SAÚDE

A Emenda Constitucional nº 29 (EC-29), determina a parcela mínima das receitas de cada ente da federação a ser aplicada na área de saúde. Para os municípios, estipula que devam dedicar, respectivamente, um mínimo de 15% de suas receitas anuais para o financiamento à saúde. A EC-29 foi regulamentada apenas em 2012, através da Lei Complementar nº 141, que trata de especificar de forma mais detalhada quais tipos de gastos são considerados como da área da saúde.

Para o município, a base para o cálculo dos 15% sobre a receita é composta pela soma de cinco fontes: (I) impostos municipais (ISS – sobre serviços de qualquer natureza; IPTU – sobre a propriedade predial e territorial urbana; ITBI – sobre a transmissão de bens imóveis), (II) transferências da União (cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); cota-parte do ITR; transferências da Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir), (III) imposto de renda retido na fonte, (IV) transferências do Estado (cota-parte do ICMS; cota parte do



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

IPVA; cota-parte do IPI - Exportação) e (V) outras receitas correntes (receita da dívida ativa de impostos, multas, juros e correção monetária de impostos).

Quadro 43 - Demonstrativo da Aplicação de Recursos Municipais em Ações e Serviços Públicos de Saúde – SIOPS – 2014 em milhares

ITENS	EXECUTADO
A) Receita de Impostos – Vinculada conforme a LC 141/2012 – em R\$	34.431.683,00
B) Despesas Liquidada com Recursos Próprios em Ações e Serviços de Saúde – em R\$	6.019.907,84
C) Despesa Paga com Recursos Próprios em Ações e Serviços de Saúde – em R\$	5.862.778,69
D) Despesa Total com Ações e Serviços Públicos de Saúde	11.273.842,22
E) Recursos Próprios aplicados em Ações e Serviços de Saúde – em % (D=B/AX100)	17,48%
F) Recursos Próprios aplicados em Ações e Serviços de Saúde – em % (E=C/AX100)	17,03%
G) Previsão de Habitantes estimados para 2014 – Fonte IBGE	37838
H) Despesa Total com Ações e Serviços de Saúde por Habitante – em R\$ (H=D/G) *100	297,95
I) Despesa com Recursos Próprios em Ações e Serviços Saúde por habitantes – em R\$ (I=B/G) *100	159,10

Fonte: SIOPS 6º Bimestre/2015 e IBGE

Nota se que o município investiu em saúde o montante R\$ 11.273.842,22, considerando os recursos próprios e os recebidos em convênios e programas, isso demonstra que a despesa com saúde per capta alcançou o valor de R\$ 297,95, atingindo o percentual de 17,58%. Ao considerar os recursos próprios de R\$ 5.862.778,69, o município teve uma despesa por habitante de R\$159,10. Neste contexto o município cumpriu a determinação legal com investimentos acima do limite mínimo estabelecido pela lei.

Quadro 44 - Percentual dos Recursos Próprios Aplicados em Saúde no Município – 2012 a 2014 em milhares

PERÍODOS	DESPESAS COM SAÚDE PARA EFEITO DE CÁLCULO	% APLICADO	CUMPRIMENTO
2013	5.036.563,42	16,96	Cumpriu
2014	5.751.769,40	17,29	Cumpriu
2015	6.019.907,84	17,48	Cumpriu

Fonte SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde

Observa-se no quadro 44 que a aplicação dos recursos no município, manteve-se estável no período em análise, sendo verificado um acréscimo no período de 2013 a 2015 no montante de R\$983.344,42.

22 - RESULTADO PRIMÁRIO

22.1 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

Esse demonstrativo integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, que conforme estabelecido no art. 165, §3º da Constituição da República Federativa do Brasil, o Poder



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Executivo o publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. O objetivo dessa periodicidade é permitir que, cada vez mais, a sociedade, por meio dos diversos órgãos de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária do Município.

O Demonstrativo contém os valores das receitas e despesas primárias, discriminadas em correntes e de capital, o resultado primário, os saldos de exercícios anteriores, e a discriminação da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais.

As Receitas Primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações.

As Despesas Primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

O resultado dessa operação será utilizado para o cálculo do Resultado Primário. O Resultado Primário indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

O resultado Primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não financeiras). Sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação. Superávits primários, que são direcionados para o pagamento de serviços da dívida, contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não financeiros que ultrapassam as receitas não financeiras.

Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A seguir é demonstrada a composição das Receitas no exercício de 2013, 2014 em confronto com o exercício de 2015, o qual tomou-se como base o último bimestre dos respectivos exercícios financeiros:

Quadro 45 – Composição das Receitas em confronto com o exercício de 2013, 2015 x 2014 em milhares

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS			ANÁLISE VERTICAL	2015 /2014
	2013	2014	2015	AV	AH



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Receitas Primárias Correntes (I)	50.751.942,76	56.794.588,00	58.202.468,78	95,65%	2,48%
Receita Tributária	3.152.995,05	3.885.859,27	3.978.097,41	6,54%	2,37%
IPTU	463.992,40	431.556,60	382.504,52	0,63%	-11,37%
ISS	1.271.441,70	1.488.556,55	1.593.736,08	2,62%	7,07%
ITBI	92.979,12	202.506,44	264.303,95	0,43%	30,52%
IRRF	893.312,33	1.067.555,57	983.283,78	1,62%	-7,89%
Taxas	431.269,50	695.684,11	754.269,08	1,24%	8,42%
Contribuição de Melhoria	-	-	-	0,00%	0,00%
Outras Receitas Tributárias	-	-	-	0,00%	0,00%
Receita de Contribuições	4.458.018,50	4.850.040,47	5.132.773,05	8,44%	5,83%
Receitas Previdenciárias	4.227.521,27	4.476.313,69	4.660.014,88	7,66%	4,10%
Outras Receitas de Contribuições	230.497,23	373.726,78	472.758,17	0,78%	26,50%
Receita Patrimonial Líquida	-	-	-	0,00%	0,00%
Receita Patrimonial	1.908.938,85	3.716.222,05	4.591.145,32	7,55%	23,54%
(-) Aplicações Financeiras	1.908.938,85	3.716.222,05	4.591.145,32	7,55%	23,54%
Transferências Correntes	42.580.089,95	45.897.499,02	48.399.187,92	79,54%	5,45%
LC 61/89	22.434,24	44.665,16	60.858,52	0,10%	36,26%
LC 87/96	13.500,08	16.944,47	17.564,29	0,03%	3,66%
Convênios	796.017,79	2.950.148,89	1.319.022,18	2,17%	-55,29%
FPM	10.422.434,95	10.888.141,86	11.494.408,16	18,89%	5,57%
ICMS	10.054.162,81	10.783.458,72	11.708.278,14	19,24%	8,58%
IPVA	848.485,89	1.235.254,91	1.412.981,79	2,32%	14,39%
ITR	2.970,66	4.087,41	7.327,32	0,01%	79,27%
Outras Transferências Correntes	20.420.083,53	19.974.797,60	22.378.747,52	36,78%	12,03%
Demais Receitas Correntes	560.839,26	2.161.189,24	692.410,40	1,14%	-67,96%
Divida Ativa	381.629,00	1.158.899,11	475.332,21	0,78%	-58,98%
Diversas Receitas Correntes	179.210,26	1.002.290,13	217.078,19	0,36%	-78,34%
Receitas de Capital (II)	2.121.840,00	3.323.840,86	2.644.669,50	4,35%	-20,43%
Operações de Crédito (III)	-	825.978,06	-	0,00%	-100,00%
Amortização de Empréstimos (IV)	-	-	-	0,00%	0,00%
Alienação de Bens (V)	-	-	-	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	2.121.840,00	2.497.862,80	2.644.669,50	4,35%	5,88%
Convênios	2.012.670,00	2.497.862,80	2.207.989,50	3,63%	-11,60%
Outras Transferências de Capital	109.170,00	-	436.680,00	0,72%	0,00%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	0,00%	0,00%
Receitas Primárias de Capital (VI)=(II-III-IV-V)	2.121.840,00	2.497.862,80	2.644.669,50	4,35%	5,88%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL=(I+VI)	52.873.782,76	59.292.450,80	60.847.138,28	100,00%	2,62%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre de 2013, 2014 e 2015

O quadro 45 demonstra que a Receita Primária Total do ano de 2015, teve um aumento de 2,62% ou seja, um acréscimo de R\$ 1.554.687,48 em relação ao exercício de 2014.

Quadro 46 – Composição das Despesas em confronto com o exercício de 2014 x 2015

DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS EXECUTADAS				2013/2015
	EM 2014		EM 2015		
	Liquidadas até o Bimestre	Inscritas em Restos a Pagar Não	Liquidadas até o Bimestre	Inscritas em Restos a Pagar Não	



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

		Processadas		Processadas	
Despesas Correntes (VIII)	50.171.202,32	1.599.234,20	51.414.026,60	1.009.124,10	1,26%
Pessoal e Encargos Sociais	31.733.839,14		34.070.931,61	140,79	7,37%
Juros e Encargos da Dívida (IX)	357.729,31		501.816,24		40,28%
Outras Despesas Correntes	18.079.633,87	1.599.234,20	16.841.278,75	1.008.983,31	-9,29%
Despesas Primárias Correntes (X)=(VIII-IX)	49.813.473,01	1.599.234,20	50.912.210,36	1.009.124,10	0,99%
Despesas de Capital (XI)	4.116.428,90	6.853.458,46	2.564.951,79	3.811.194,71	-41,88%
Investimentos	3.122.614,95	6.838.059,14	1.209.107,30	3.811.194,71	-49,60%
Inversões Financeiras	-	-	-	-	0,00%
Concessão de Empréstimos (XII)	-	-	-	-	0,00%
Aquisição de Título de Capital já integralizado (XIII)	-	-	-	-	0,00%
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	0,00%
Amortização da Dívida (XIV)	993.813,95	15.399,32	1.355.844,49		34,35%
Despesas Primárias de Capital (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	3.122.614,95	6.838.059,14	1.209.107,30	3.811.194,71	-49,60%
Reserva de Contingência (XVI)	-	-	-	-	0,00%
Reserva do RPPS (XVII)	-	-	-	-	0,00%
Despesas Primárias Total (XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)		61.373.381,30		56.941.636,47	-7,22%
Resultado Primário (XIX)=(VII-XVIII)		-2.080.930,50		3.905.501,81	100,00

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre de 2014 e 2015

Tem-se que a Despesa Primária Total do ano de 2015, teve uma diminuição de -7,22%, ou seja, uma redução de R\$ 4.431.744,83, em relação ao mesmo período do ano de 2014. Ao se analisar detalhadamente, verifica-se que as Despesas Primárias Correntes tiveram um aumento de 0,99% em comparação com as Despesas Correntes de 2014 com 2015, ou seja, um acréscimo de R\$ 506.625,25. Já as Despesas Primárias de Capital diminuiu 49,60% ou seja, um acréscimo de R\$ 4.940.372,08 em comparação com as Despesas Primárias de Capital de 2014 com 2015.

Quadro 47 – Comparativo do Resultado Primário entre o exercício de 2013, 2014 e 2015 em milhares.

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2014/ 2013	DIFERENÇA
Receita Primária Total	52.873.782,76	59.292.450,80	60.847.138,28	2,62%	1.554.687,48
Despesa Primária Total	45.425.609,45	61.373.381,30	52.121.317,66	-15,08%	-9.252.063,64
Resultado Primário	7.448.173,31	- 2.080.930,50	8.725.820,62	519,32%	10.806.751,12
Saldo de Exercício Anteriores	227.524,93	2.719.256,90	3.097.213,83	13,90%	377.956,93
Meta Fiscal para o Exercício LDO		583.708,18	-212.052,11		

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre de 2013, 2014 com 2015



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Como este demonstrativo tem por objetivo apurar o Resultado Primário realizado pelo ente, com vistas a avaliar o cumprimento da meta estabelecida no Anexo de Metas Fiscais, verifica-se que o Resultado Primário 2015, foi maior que a meta fiscal prevista.

A Receita Primária Total de 2015 apresentou um aumento de 2,62% em relação exercício de 2014, ou seja, um acréscimo de R\$ 1.554.687,48, em comparação com a Receita Primária Total de 2014 com 2015. E a Despesa Primária Total teve uma redução de -15,08% em relação ao exercício de 2014, ou seja, uma redução de R\$ -9.252.063,64 em comparação com a Despesa Primária Total de 2014 com 2015.

Ao se confrontar esses números tem-se que houve e uma redução percentual da Despesa Primária Total no exercício de 2015, cumprindo desta forma o resultado primário apurando-se um Superávit Primário no montante de R\$ 8.725.820,62

23 - RESULTADO NOMINAL

23.1 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA

O Demonstrativo do Resultado Nominal mede o comportamento (evolução) da Dívida Fiscal Líquida. A Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da Dívida Consolidada Líquida somado às receitas de privatizações, deduzidos os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores, como por exemplo, parcelamento de tributos e contribuições.

Quadro 48 – Comparativo do Resultado Nominal 2014 com 2015 em milhares

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	%
Dívida Consolidada (I)	6.131.966,24	4.776.121,75	-22,11%
Deduções (II)	10.895.356,19	11.113.460,12	2,00%
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.008.148,74	11.788.721,69	47,21%
Demais Haveres Financeiros	3.202.741,28	-	-100,00%
(-) Restos a Pagar Processados	22.637,27	675.261,57	2882,96%
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	- 8.816.017,43	- 6.337.338,30	-28,12%
Receita de Privatizações (IV)	-	-	0,00%
Passivos Reconhecidos (V)	131.337,58	-	-100,00%
Dívida Fiscal Líquida (VI)=(III+IV-V)	- 8.947.355,01	- 6.337.338,37	-29,17%
Resultado Nominal	- 1.050.531,72	- 1.573.948,42	49,82%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre de 2014 e 2015

A Dívida Consolidada evidenciada em 31/12/2015 comparado a 31/12/2014, já consideradas as amortizações do período, uma diminuição de (-28,12%), (decréscimo de R\$ (-2.478.679,43). Neste contexto apurou-se um resultado nominal de R\$ - 1.573.948,42, no exercício financeiro de 2015, obtendo um resultado inferior a meta estabelecida na LDO de (R\$ -848.980,40), não sendo um resultado satisfatório de acordo com nossa análise.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

24 - DÍVIDA CONSOLIDADA

Segundo a 5ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN) o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e, ainda, evidenciar os limites de endividamento de que trata a legislação, além de outras informações relevantes.

Em parte destacada do demonstrativo são evidenciados os valores do Regime Previdenciário. Essa evidenciação é necessária em função da composição e das peculiaridades do patrimônio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS).

A análise dos pontos de destaque do demonstrativo da Dívida Consolidada é a que se segue, referente ao exercício de 2015, em comparação com o exercício de 2014, conforme se propõe a realizar.

24.1 - COMPARATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA ENTRE 2014/2015

Esse título agrega os montantes da dívida consolidada do Município, segregada em mobiliária, contratual, precatórios (posteriores a 05/05/2000, inclusive – vencidos e não pagos) e demais dívidas. Também são alocadas nesse quadro as deduções da Dívida Consolidada, a Dívida Consolidada Líquida e a apuração do cumprimento do limite imposto pelo Senado Federal para esta última.

Os valores da dívida previdenciária devem ser excluídos desse montante, uma vez que – conforme mencionado – são demonstrados em quadro a parte.

Quadro 49 – Comparativo da Dívida Consolidada – 2014-2015 em milhares

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	%
DÍVIDA CONSOLIDADA	6.131.966,24	4.776.121,75	-22,11%
Dívida Mobiliária	-	-	0,00%
Dívida Contratual	4.744.107,83	3.388.263,34	-28,58%
Interna	4.744.107,83	3.388.263,34	-28,58%
Externa	-	-	0,00%
Precatórios posteriores a 05/05/2000	-	-	0,00%
Demais dívidas	1.387.858,41	1.387.858,41	0,00%
DEDUÇÕES	10.895.356,19	11.113.460,12	2,00%
Disponibilidades de Caixa Bruta	8.008.148,74	11.788.721,69	47,21%
Demais Haveres Financeiros	3.202.741,28	-	-100,00%
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	315.533,83	675.261,57	114,01%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	- 4.763.389,95	- 6.337.338,37	33,04%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre de 2014-2015



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Observa-se no quadro 49, variação negativa da dívida em (-22,11%), que significa considerável redução no estoque da dívida. Que corrobora a idéia que o município vem pagando suas dívidas, e mesmo havendo inscrição de dívida tem-se obtido significativa redução.

25 - INDICADORES DAS AÇÕES E METAS PREVISTAS NO PPA, LDO E LOA, COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO; BEM COMO A AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS, QUANTO À EFICÁCIA E EFICIÊNCIA, DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho fechou em 31/12/2015 com um saldo bancário, que para a análise dos saldos, destacamos algumas contas:

QUADRO 50 (PROGRAMAS)

Entidade	Conta Nº	Valor
01 BOLSA JOVEM	9.208-8	R\$ 923,65
02 PMB AÇÃO SOCIAL (PRÓPRIO)	12.594-6	R\$ 25.626,84
03 PBURITISMASBPC NA ESCOLA	15.557-8	R\$ 2.377,77
04 ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGD/BOLSA FAMÍLIA	15.558-6	R\$ 186.847,51
05 ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS – IGD/SUAS	15.559-4	R\$ 9.886,35
06 PISO BÁSICO FIXO - PAIF	15.560-8	R\$ 3,36
07 PBURITISFMASPBVIII - EQUIPE VOLANTE	15.561-6	R\$ 5.208,50
08 PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – CREAS/PAEFI	15.562-4	R\$31.302,47
09 PROJÓVEM 2014	15.563,2	R\$111.406,41
10 PISO VARIÁVEL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PETI	15.564-0	R\$110.843,34
11 PISO BÁSICO FIXO – SERV. CONV – SERV. DE CONVIVÊNCIA	15.565-9	R\$7.379,77
12 PROTEÇÃO INFÂNCIA	80.837-2	R\$19.556,82
13 PETI/BOLSA	8.109-4	R\$6.417,91
14 PETI – PSE MED.	81.108-3	R\$15.402,60



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

15	PROTEÇÃO FAMÍLIA	81.132-2	R\$42.456,79
16	PETI JORNADA	9.907-X	R\$1.614,54
17	BOLSA PETI	9.209-6	R\$3.273,35
18	API/PAC	9.211-8	R\$15.597,56
19	JORNADA	9.612-6	R\$6.553,45
	TOTAL DE SALDOS BANCÁRIO		R\$602.978,99

De acordo com o quadro acima verificamos, que a Secretaria encerrou o ano com um saldo significativo, no valor de R\$602.978,99, reforçando nossas recomendações para que seja melhor investido estes recursos, uma vez, que tendo o recurso disponível, não justifica a falta de aplicação.

Ao entrarmos em contato com a Secretaria, a mesma justificou que houve reprogramação, e que a mesma ficou liberada no final de 2015, demandando maior tempo, pois teve que passar pela aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social e Trabalho.

Reforça que as ações definidas pela Secretaria de acordo com o Plano de Ação, PPA, LDO e LOA, não ficaram prejudicados, e os programas trabalhados estão de acordo com as contas marcadas em azul no quadro acima.

Neste quadro, analisamos em percentual o que foi investido em cada programa quanto conforme demonstração das ações e metas desenvolvidas por amostragem:

QUADRO 51 RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

01 - Quadro Comparativo para Análise da Execução Orçamentária (Por Órgão)									2015	
1	1	GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE ASSISTENCIA SOCIAL								
PROGRAMAS		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO						PERCENTUAIS		
Progr	Denominação	Fixado	Alterações	Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Emp.	Lei.	Pago %
1.004	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	197.500,00	34.824,15	232.324,15	0,00	0,00		0,00%	#DIV/0!	0,00%
		232.324,15	26.127,56	206.196,59	173.187,45	173.187,45	170.809,70	83,99%	100,00%	98,63%
1.004	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD SUAS-M	16.500,00	6.394,46	22.894,46	7.928,11	6.340,61	6.340,61	34,63%	79,98%	100,00%
1.004	APOIO AO SERV. DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PAIF	108.000,00	74.540,79	182.540,79	89.017,61	57.981,55	50.498,01	48,77%	65,13%	87,09%
1.004	APOIO AO SERV. DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - ABRIGO	174.000,00	8.319,00	182.319,00				0,00%	#DIV/0!	0,00%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

1.004		182.319,00	10.931,00	171.388,00	136.446,31	136.446,31	132.654,73	79,61%	100,00%	97,22%
1.004	APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	18.000,00	0,00	18.000,00	987,50	987,50	987,50	5,49%	100,00%	100,00%
1.004	APOIO AO SER. DE MEDIA COMPLEXIDADE - CREAS	78.000,00	34.199,00	112.199,00	50.182,02	28.240,74	23.744,60	44,73%	56,28%	84,08%
1.004	FORTALESCIMENTO DA GEST. MUN. DO PROGRAMA DE TRANSFERENCIA DE RENDA - IGD BOLSA FAMILIA	90.000,00	61.069,74	151.069,74	46.584,92	31.647,32	27.133,45	30,84%	67,93%	85,74%
1.004	GESTÃO DE APOIO AS INSTANCIAS DE CONTROLE SOCIAL	23.000,00	11.000,00	12.000,00	2.200,00	2.200,00	2.200,00	18,33%	100,00%	100,00%
1.004	SUBVENÇÕES SOCIAIS	78.000,00	23.500,00	54.500,00	29.500,00	29.500,00	29.500,00	54,13%	100,00%	100,00%
1.004	APOIO AO SERVIÇO DE PROTEÇÃO A COMUNIDADE - UNID. DE BENEFICIOS EVENTUAIS	75.000,00	21.745,46	96.745,46				0,00%	#DIV/0!	0,00%
1.004		96.745,46	34.260,87	62.484,59	44.755,46	44.755,46	41.585,46	71,63%	100,00%	92,92%
1.004	APOIO AO SERV. DE CONVIVENCIA E FORTALESCIMENTO DE VINCULO - SCFV	120.000,00	288.404,51	408.404,51	60.734,71	49.786,59	37.949,99	14,87%	81,97%	76,23%

MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Como analisado, no PAA foi previsto o valor de R\$ 100.225,00, foi alterado através da Lei 899/2014 fixando o valor de R\$ 197.500,00, valor este, também insuficiente havendo alteração para R\$ 206.196,59, haja vista que a folha de pagamento passou a ser inserido no próprio programa e não mais no orçamento da Administração, em virtude disto, houve a necessidade de suplementações através dos seguintes Decretos: 5942; 5902; 5753; 5716; 5303; 5466/2015. Nota-se que o orçamento durante a sua execução no exercício de 2015, foi necessário a sua alteração por diversas vezes, porém, em 17 de Setembro de 2015, foi protocolado o memorando 265/SEMAST/PMB/2015 o levantamento do orçamento necessário para findar o exercício, priorizando a folha de pagamento desta secretaria, conforme solicitação da secretaria de planejamento através da CI/ 010/PMB/2015.

O Conselho Tutelar atendeu em média 3.161 casos de crianças/ adolescentes no exercício de 2015, atendendo todas as denúncias realizada na sede do Conselho Tutelar, oferecendo um atendimento de 100% da demanda da comunidade. O gerenciamento das questões relativas às crianças e adolescentes que estejam vivenciando situações que os tornem mais vulneráveis, exigindo um posicionamento imediato das autoridades responsáveis. Sendo os serviços prestados



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

com eficiência e eficácia.

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD SUAS-M

No PAA foi previsto o Valor de R\$ 56.970,00 para o exercício 2015, foi alterado através da LEI 899/2014 para R\$: 16.500,00 a alteração ocorreu por identificar que o valor previsto era superior aos repasses feito fundo a fundo; a Lei 976/2015 na data de 09/10/2015 através do Decreto 5752 de 13/10/2015, alterando novamente o orçamento fixando o valor de R\$ 22.894,46, devido à reprogramação de saldos remanescentes, autorizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social e Trabalho/COMAST dentro do exercício de 2015, havendo necessidade da reprogramação deste montante, entretanto houve dificuldades na execução financeira destas reprogramações, em virtude do afastamento do gestor da pasta, dificuldade na licitação de processos administrativos de aquisições e contratações pela ausência de cotador e pregoeiro, ausência agente administrativo para tramitação dos processos, vários registros de preços não obtiveram êxito, haja vista a falta de credibilidade da Prefeitura Municipal/Secretaria junto ao Comercio Local. Contudo observamos que foi gasto um valor irrisório devido os motivos expostos pela Secretaria, o qual não acatamos as justificativas. O mesmo atendeu parcialmente, não sendo eficiente e muito menos eficaz.

APOIO AO SERV. DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - PAIF

No PAA foi previsto o Valor de R\$ 108.000,00 para o exercício 2015, foi alterado através da Lei 976/2015 na data de 09/10/2015 através do Decreto 5752 de 13/10/2015, fixando o valor de R\$ 74.540,79, devido à permanência de recursos advindos de anos anteriores, havendo necessidade da reprogramação deste montante, entretanto houve dificuldade na execução financeira destas reprogramações, em virtude do afastamento do gestor da pasta, dificuldade na licitação de processos pela ausência de pregoeiro, ausência agente administrativo para tramitação dos processos, vários registros de preços não obtiveram êxito, haja vista a falta de credibilidade da Prefeitura Municipal/Secretaria junto ao Comercio Local. A referência de pactuação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), conforme porte do município são de 3.750 Famílias referenciadas, com previsão de atendimentos de no mínimo 1000 famílias; entretanto foram atendidos conforme relatório apresentado pela coordenação do programa a quantidade de 2.300 famílias referenciadas, objetivando prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania, sendo desenvolvidas com ações, como buscas ativas, encontro sócios educativos, inúmeras palestra voltadas as necessidade da ação, campanhas contra a violência a mulher, pit stops defendendo a Lei Maria da Penha, contra o trabalho infantil, entre várias analisadas por esta controladoria. Desta forma dentro do que analisado esta ação foi eficaz, eficiente e efetiva,



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

atendendo acima da média compactuada.

APOIO AO SERV. DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - ABRIGO

No PAA foi previsto o Valor de R\$ 45.365,00, foi alterado através da Lei 899/2014 fixando o valor de R\$ 174.000,00, haja vista que a folha de pagamento passou a ser inserido no próprio programa e não mais no orçamento da Administração, em virtude disto, houve a necessidade de suplementações através do Decreto 5942, de 18 de dezembro de 2015 e Decreto: 5466, de 28 de abril de 2015.

O Abrigo Municipal atendeu em media 40 crianças/ adolescentes, prevê capacidade máxima para acolhimento de 16 crianças/adolescentes observando a rotatividade de cada caso, sendo impossível prever quanto tempo estas crianças/adolescentes permanecerão acolhidas, pois os tempos de permanência dependem de sentença judicial. Atendendo com eficiência, eficácia e efetividade.

APOIO AO SER. DE MEDIA COMPLEXIDADE - CREAS

No PAA foi previsto o Valor de R\$ 147.700,00 para o exercício 2015, foi alterado através da Lei 899/2014 fixando o valor de R\$ 78.000,00 a alteração ocorreu por identificar que o valor previsto era superior aos repasses feito fundo a fundo; a Lei 976/2015 na data de 09/10/2015 através do Decreto 5752 de 13/10/2015 altera novamente o orçamento fixando o valor de R\$ 112.199,00, devido à reprogramação de saldos remanescentes, autorizada pelo conselho municipal de assistência social e trabalho/COMAST dentro do exercício de 2015, entretanto houve dificuldade na execução financeira destas reprogramações, em virtude do afastamento do gestor da pasta, dificuldade na licitação de processos pela ausência de cotador e pregoeiro, ausência agente administrativo para tramitação dos processos, vários registros de preços não obtiveram êxito, haja vista a falta de credibilidade da Prefeitura Municipal/Secretaria junto ao Comercio Local, outro fator relevante foi à calamidade pública instaurado no Município em Março de 2015, devido a uma forte enchente que atingiu aproximadamente 700 pessoas. O CREAS tem como meta prevista o atendimento mínimo de 600 famílias anual, entretanto foram atendidos conforme relatório apresentado pela coordenação do programa a quantidade de 958 famílias/indivíduos no exercício de 2015. O atendimento se da de forma direta através de orientação jurídico-social, atendimento psicossocial individual, familiar e em grupo em modalidades de grupos e



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

situações diversas de violência. O acompanhamento pode se deu também de forma indireta através de encaminhamentos para: a rede socioassistencial, rede de saúde, demais políticas públicas, conselho tutelar, órgãos de defesa e responsabilização, desenvolvendo também várias atividades como: Campanhas contra o alcoolismo, gravidez na adolescência, faça bonito, contra pedofilia, abuso sexual, drogadição entre outras analisadas. Sendo esta ação, eficaz, eficiente e efetiva.

FORTALESCIMENTO DA GEST. MUN. DO PROGRAMA DE TRANSFERENCIA DE RENDA - IGD BOLSA FAMILIA

No PAA foi previsto o Valor de R\$ 203.910,40 para o exercício 2015, foi alterado através da Lei 899/2014 fixando o valor de R\$ 90.000,00 a alteração ocorreu por identificar que o valor previsto era superior aos repasses feito fundo a fundo; a Lei 976/2015 na data de 09/10/2015 através do Decreto 5752 de 13/10/2015 altera novamente o orçamento fixando o valor de R\$ 151.069,74, devido à reprogramação de saldos remanescentes, autorizada pelo conselho municipal de assistência social e trabalho/COMAST dentro do exercício de 2015, entretanto houve dificuldade na execução financeira destas reprogramações, em virtude do afastamento do gestor da pasta, dificuldade na licitação de processos pela ausência de cotador e pregoeiro, ausência agente administrativo para tramitação dos processos, vários registros de preços não obtiveram êxito, haja vista a falta de credibilidade da Prefeitura Municipal/Secretaria junto ao comércio local. Foram cadastradas 5.197, famílias de acordo com o compactado com o MDS- Ministério Desenvolvimento Social, sendo atendidas aproximadamente 4.052 famílias em 2015, de acordo com relatório realizado pela Coordenação responsável pelo programa em questão, o equivalente 77,97% do pré-definido, sendo trabalhado a inclusão, recadastramento, auditoria, visitas de averiguação, desligamento do programa entre outros, visando minimizar os números das desigualdades e garantir vida digna aos usuários a Secretaria de Assistência Social tem executado várias ações destinadas ao bem estar e qualidade de vida das famílias que precisam de auxílio no território municipal. Sendo este programa eficiente e eficaz.

APOIO AO SERVIÇO DE PROTEÇÃO A COMUNIDADE - UNID. DE BENEFECIOS EVENTUAIS

No PAA foi previsto o Valor de R\$ 120.744,75 foi alterado através da Lei 899/2014 fixando o valor de R\$ 75.000,00, valor este que sofreu alteração para R\$ 62.484,59, através dos Decretos 5884 e 5503/2015, as alterações se deu devido à necessidade de orçamento para complementar a folha de pagamento desta secretaria, prestando atendimento para 68 famílias com o orçamento utilizado em 2015, não deixando de atender a demanda existente e as famílias vitimas da enchente com as doações recebidas, que permitiu o atendimento de 250 famílias, bem como, 90 famílias com doações vindas da Campanha Natal Solidário. Informamos que as ações desenvolvidas neste programas foram realizadas através de parcerias e convênio com a DEFESA CIVIL e CONAB – Companhia nacional de Abastecimento, não tendo gasto com recursos próprios.

APOIO AO SERV. DE CONVIVENCIA E FORTALESCIMENTO DE VINCULO – SCFV

No PAA foi previsto o Valor de R\$ 277.465,00 para o exercício 2015, foi alterado através da Lei 899/2014 fixando o



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

valor de R\$ 120.000,00. A Lei 976/2015 na data de 09/10/2015, Decreto 5752 de 13/10/2015, altera novamente o orçamento fixando o valor de R\$ 408.404,51, devido à reprogramação de saldos remanescentes em contas de exercícios anteriores, onde foram autorizadas pelo FNAS e Conselho Municipal de Assistência social e trabalho/COMAST dentro do exercício de 2015, entretanto houve dificuldade na execução financeira destas reprogramações, em virtude do afastamento do gestor da pasta, dificuldade na licitação de processos pela ausência de cotador e pregoeiro, ausência agente administrativo para tramitação dos processos, vários registros de preços não obtiveram êxito, haja vista a falta de credibilidade da Prefeitura Municipal/Secretaria junto ao Comercio Local. A referência de pactuação do serviço foi de 210 usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos, maiores de 60 anos e seus familiares, entretanto foram atendidos conforme relatório apresentado pela coordenação do programa a quantidade de 129 usuários sendo um serviço realizado com grupos, organizado de modo a prevenir as situações de risco social, ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos e incentivar a socialização e a convivência comunitária, sendo realizado a contento.

26– DOS RESULTADOS OBTIDOS, COMPARATIVAMENTE AS DESPESAS PLANEJADAS E EFETIVAMENTE EXECUTADAS REFERENTE AOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS.

QUADRO 52

1ª Ação Planejada: Anos - 2013, 2014 e 2015, Progr. 2038-/ Manutenção do conselho Tutelar						
Programa referente aos Anos: 2013 a 2015- Progr-1004 – GESTÃO POLÍTICA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios						Resultado Obtido
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Ação voltada para atendimento das crianças/adolescentes, que tenham os seus direitos violados ou negligenciados, onde observamos deficiência no planejamento na gestão desta ação, ficando evidente a falta de execução do previamente planejado. Demonstrando nesta projeção, uma aplicabilidade em termos quantitativos superior aos anos anteriores, mesmos não executando 100% do orçado toda demanda foi atendida. Aplicando somente 84% dos recursos Planejados.
2013	2013	2014	2014	2015	2015	
R\$39.860,16	R\$17.563,18	R\$53.371,33	R\$25.958,88	R\$206.196,59	R\$173.187,45	
Observação: Foi doado a secretaria um veículo novo e equipamentos permanentes, não tendo a necessidade da aquisição.						



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

2ª Ação Planejada: Anos 2013, 2004 e 2015, Progr. 2049– Manutenção do Programa IGD SUAS-M

Programa referente aos Anos: 2013 a 2015- Progr-1004 – GESTÃO POLÍTICA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios						Resultado Obtido
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Ação voltada para atendimento e melhoramento quanto ao atendimento à comunidade dos servidores da Secretaria, sendo disponibilizado para pagamentos de diárias, capacitações, seminários e material de consumo. Observamos deficiência no planejamento na gestão desta ação, ficando evidente a falta de aplicação do recurso nos três anos analisados, em 2015 em termos quantitativos não atingiu os objetivos, como também em termos qualitativos, ficando inferior aos executados em relação aos exercícios anteriores, conforme inspeção realizada por esta Controladoria, atingindo 27% entre o Planejado e Executado.
2013	2013	2014	2014	2015	2015	
R\$41.789,68	R\$11.248,88	R\$54.000,00	R\$36.239,14	R\$22.894,46	R\$6.340,61	

Observação: Em 2015, todas as ações vinculadas a este programa foram realizadas, pois havia materiais disponíveis do exercício de 2014.

3ª Ação Planejada: Anos 2013, 2014 e 2015, Progr. 2089– Apoio ao Serv. de Proteção Social Básica - PAIF

Programa referente aos Anos: 2013 a 2015- Progr-1004 – GESTÃO POLÍTICA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios						Resultado Obtido
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Ação voltada para atendimento às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, notamos um atendimento em termos quantitativo e qualitativo com relação aos anos anteriores inferior, portanto a secretaria nos justificou que houve reprogramação de saldo de recursos retroagindo a 2004, tendo que desenvolver novo plano de ação.
2013	2013	2014	2014	2015	2015	
R\$202.604,77	R\$64.614,14	R\$301.450,00	R\$232.548,83	R\$182.540,79	R\$57.981,55	



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

4ª Ação Planejada: Anos 2013, 2014 e 2015, Progr. 2091– Apoio ao Ser. de Média Complexidade - CREAS

Programa referente aos Anos: 2013 a 2015- Progr-1004 – GESTÃO POLÍTICA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios						Resultado Obtido
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Ação voltada para atendimento à proteção das famílias vítimas de todas as formas de violência. Recursos aplicados em termo quantitativo e qualitativo, superior ao exercício anterior, onde o município foi contemplado em 2014, dentro do que se propõe o programa foi executado o equivalente a 25,17%, ficando abaixo do esperado.
2013	2013	2014	2014	2015	2015	
R\$0,00	R\$0,00	R\$41.954,85	R\$15.087,21	R\$112.199,05	R\$28.240,74	

Observação: Em 2015, a Secretaria enfrentou dificuldades na execução deste recurso devido o não recebimento do mesmo em tempo hábil, das 12 parcelas que deveria ser creditada, somente foi efetivada 04 parcelas, sendo que 01 foi suspensa em atendimento a Portaria 036/2014, sendo executado o equivalente a 27.000,00, como demonstra o quadro acima todo executado.

5ª Ação Planejada: Anos 2013, 2014 e 2015, Progr. 2092 – Fortalecimento Da Gest. Mun. Do Programa De Transferência De Renda - IGD Bolsa Família

Programa referente aos Anos: 2013 a 2015- Progr-1004 – GESTÃO POLÍTICA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios						Resultado Obtido
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Ação voltada para atendimento para famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, em termos quantitativos ficou inferior aos exercícios 2013 e 2014 em termos qualitativos, o mesmo atendeu a necessidade do programa foi realizado a contento.
2013	2013	2014	2014	2015	2015	
R\$220.293,8 1	R\$48.658,72	R\$393.530,00	R\$160.888,90	R\$151.069,74	R\$31.647,32	

Observação:

6ª Ação Planejada: Anos 2013 2014 e 2015 Progr. 2035– Apoio Ao Serv. De Convivência E Fortalecimento De Vínculo – SCFV



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Programa: Anos 2013 a 2015- Progr-1004 – GESTÃO POLÍTICA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Execução em R\$ nos 03 (três) últimos exercícios						Resultado Obtido
Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Ações desenvolvidas para atender as famílias, envolvendo a criança, adolescente e o idoso, em situação de risco e vulnerabilidade social. As ações deste programa estão contempladas Dentro do Centro de Referência de Assistência Social
2013	2013	2014	2014	2015	2015	
R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	
Observação:						

26 - DESPESA COM PESSOAL (PODER EXECUTIVO)

Segundo a 5ª edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais, o Demonstrativo da Despesa com Pessoal visa à transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, quanto à adequação aos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O demonstrativo da Despesa com Pessoal deverá conter valores da despesa com pessoal do Poder/Órgão executada nos últimos doze meses, com informações sobre a despesa bruta com pessoal, as despesas não computadas para fins de verificação do limite, despesa total com pessoal, percentual da despesa total com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), e os limites máximo, prudencial e de alerta estabelecidos conforme a legislação.

Todavia, para efeito de cômputo e cálculo do montante a ser evidenciado no demonstrativo só são consideradas as despesas de caráter remuneratório, conforme previsto no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Não são consideradas – por exemplo – as despesas indenizatórias, as decorrentes de contratos com estagiários, bolsas de trabalho, locação de mão de obra, diárias, auxílio fardamento, benefícios assistenciais, transporte de servidores, auxílio alimentação, indenizações e restituições trabalhistas. Além dessas, as indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária, as despesas decorrentes de decisão judicial, as despesas de exercícios anteriores, inativos e pensionistas com recursos vinculados já são demonstradas no próprio demonstrativo como não computadas.

Quadro 53 - Evolução da Despesa com Pessoal – 2013 a 2015

COMPONENTES	2013	2014	2015
Despesa com Pessoal	25.699.377,94	29.380.972,75	30.351.536,80



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

Receita Corrente Líquida	48.433.360,34	56.034.496,36	58.133.599,22
Percentual da Despesa com Pessoal em Relação à RCL	53,06%	52,43%	52,21%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre de 2013 a 2015

Pela análise do Quadro 53 percebe-se que a Receita Corrente Líquida de 2013 evoluiu de R\$ 48.433.360,34 para R\$ 58.133.599,22 em 2015, correspondendo a um aumento em percentual de 20,03%, motivados pelo aumento de arrecadação durante o exercício de 2015.

Em termos percentuais em relação à Receita Corrente Líquida, nota-se que em todos os exercícios financeiros observados o município atende de forma satisfatória a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 54 – Despesa Líquida com Pessoal – 2013 a 2015

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (EM REAIS)			
2013	2014	2015	VARIAÇÃO % 2013/2015
25.699.377,94	29.380.972,75	30.351.536,80	3,30%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre de 2013 a 2015

Na comparação do exercício de 2014 com o de 2015, pode-se observar um aumento de 3,30% da despesa líquida com pessoal, Apesar de haver um aumento na despesa com pessoal, observamos também um aumento na receita corrente líquida, mantendo os índices em conformidade com a legislação vigente.

27 - Medidas para não ocorrência de prescrição e cancelamento da dívida ativa do Município

Constata-se que a situação da dívida ativa do Município pode ser evidenciada conforme demonstrado no quadro 55.

Quadro 55 - Demonstrativo da Dívida Ativa do Município

Valor total da dívida ativa 2015	3.751.111,63
(-) valores prescritos.	117.343,48
(-) dívida não tributária de Glosa do tribunal de Contas, devidamente ajuizadas.	0,00
(-) Valor de auto de infração de uma entidade que questiona imunidade constitucional.	0,00
(=) valor Real da dívida ativa com perspectiva de recebimento.	3.751.111,63

O valor total da dívida ativa é de 3.751.111,63, os prescritos foram deduzidos dos valores anteriores, não impactando no valor total deste quadro.

Quadro 56 - Percentual de valores de dívida ativa recebido



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

ANO	VALORES PAGOS	% SOBRE ATIVOS R\$
2014	1.158.399,11	34,53%
2015	475.332,21	15,92%

Como vemos, em 2015, houve uma redução no recebimento da dívida ativa, comparativamente com o exercício de 2014, tal diferença de deu devido a recebimentos de processos judiciais em volumes monetários bastantes superiores aos de 2015.

De acordo com informações do setor Tributário, iniciou-se em 2013 a cobrança extrajudicial (notificações) no município de Buritis.

Em 2014, não houve protesto, por não existir Lei específica, sendo a mesma aprovada em 20/11/2014.

Informou que só em 2015 foi firmado Convênio com Cartório e o Instituto de Estudos e Protestos de Títulos do Brasil, Sessão Rondônia, para regulamentar artigo 04 da Lei Municipal n°.875/2014, e regulamentação do CADIN Municipal para agilizar a cobrança de Contribuintes inscritos em Dívida Ativa, salientamos que o resultado dos recebimentos terão reflexos no exercício de 2016.

Esta Controladoria **RECOMENDA** a todos os responsáveis pela o acompanhamento da Dívida Ativa do Município, (Setor Tributário, Secretaria Municipal de Fazenda e Procuradoria Geral do Município) que criem medidas que possam ter maior reflexos dos recebimentos.

Quadro 57 – Providências de execução da dívida no exercício de 2015

PROVIDÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR
Execução Fiscal	29	107.747,86
Cartório de Protesto	0,00	0,00
Total	29	107.747,86

A Procuradoria Geral do Município em cooperação com a SEMFAZ adotou durante os exercícios de 2014 e 2015, uma serie de medidas para apurar a dívida ativa do município, no qual foram abertos vários processos administrativos de recuperação da Dívida Ativa com a finalidade recuperá-la.

No acompanhamento destes processos foi constatados problema no cadastro municipal no que tange desde cadastro de lotes urbanos, como de cadastro de empresas, ou seja, imobiliário e mobiliário e a regularização do Município, junto ao setor Fundiário.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL**

Sendo assim foram iniciados procedimentos com o objetivo de atualizar o cadastro municipal imobiliário e mobiliário, no qual foi firmado um termo de cooperação com Cartório de Registro.

Levando em consideração a planta dessa urbe que tem valores baixos, no cálculo utilizado pela municipalidade em relação ao valor venal dos imóveis em Buritis, observa-se que os valores encontrados a título de IPTU são baixíssimos, devido a isso a planta de valores deste município está sendo atualizada de acordo com a Lei nº.902/2014, verificamos que a Nota Fiscal Eletrônica está em fase de implantação.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

28 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A Controladoria tem reforçado através de seus trabalhos acompanhando dentro das possibilidades, pois temos uma estrutura que não nos proporciona a desenvolver um trabalho de excelência, as inspeções in-loco tenho realizado com veículo de minha propriedade, pois a Secretaria não dispõe em sua estrutura veículos para a realização destes trabalhos, praticamente todos os procedimentos ocorridos, dentro das condições oferecidas, temos realizado, não sendo possível atender toda a demanda que chega até nós, e isso de certa forma prejudica o bom andamento dos serviços prestados pelas 09 (nove) Secretarias existentes.

Mesmo assim procuramos atender a todos (as), buscando informações quando não temos, na maioria das vezes junto ao Tribunal de Contas, sendo de grande valia para a tomada de decisão, desta Controladoria, como também temos contado com o apoio do Ministério Público Estadual desta comarca onde o mesmo tem contribuído em muito para com desenvolvimento de nossos trabalhos.

Considerando os apontamentos levantados através da análise desenvolvida por esta Controladoria em várias Secretarias e setores desta municipalidade, **RECOMEDAMOS QUE:**

- Procurem alternativas urgentes para não exceder a despesa com pessoal, e que seja mantido o índice de folha abaixo do limite prudencial, de (51,3%).
- Reiteramos nossas recomendações, quanto à apuração do inventário da PMB e realização de leilão dos bens não mais úteis, com a máxima urgência;
- Reiteramos nossa recomendação ao Prefeito e Secretários (as), para que seja oferecida maior atenção ao Planejamento das Ações, para que o orçamento aprovado não seja objeto de sucessivas modificações quando da execução;
- Reiteramos nossa solicitação a Secretaria Municipal de Administração – SEMA, que providencie melhorias no almoxarifado, principalmente a instalação imediata de ar condicionado, na área de armazenamento dos gêneros alimentícios, assegurando assim as propriedades dos produtos.
- Reiteramos nossas recomendações com a máxima urgência, para que sejam concluídos os trabalhos de reavaliação, redução do valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens da Prefeitura Municipal de Buritis, visando atender as novas regras contábeis estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.
- Recomendamos a Secretaria Municipal de Planejamento e a Secretaria Municipal de Fazenda, que realizem e reforcem o acompanhamento da receita e despesa, bem como avalie a evolução das mesmas, com a estimativa elaborada junto ao PPA, LDO e LOA.
- Recomendamos a Secretaria de Planejamento, que reforce o controle junto as Secretarias quanto ao cumprimento dos programas e metas estabelecidos na PPA, LDO e LOA, que



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

até o momento não está sendo avaliado de acordo com nossas recomendações, solicitamos que concentre todas as atenções para a efetiva execução orçamentária. **Solicitamos reavaliação do PPA, (2014 a 2017), pois o mesmo não possui índices recentes, para podermos comparar a execução dos programas, metas e ações em termos quantitativos e qualitativos. Fato este, que comprometeu melhor análise para elaboração deste relatório em relação aos Programas, Metas e Ações. Salientamos que todos os Secretários (as), já foram notificados sobre o assunto em questão, ficando os mesmos responsabilizados pela não tomada de providências.**

- Recomendamos a Secretaria Municipal de Administração que concentre maior atenção junto ao setor de Recursos Humanos, pois foram detectadas deficiências, que ficaram evidenciadas no relatório de recadastramento dos Servidores Efetivos e em visitas *in loco*, sendo necessárias recomendações formalizadas através de ofícios por esta Controladoria. Solicitamos que reorganize o Setor de RH, atualizando os dados dos Servidores, acompanhar com mais afinco o controle de ponto. Seja feita reavaliação imediata dos laudos médicos dos Servidores ora afastados por problemas de saúde, sendo que os referidos laudos deveriam ser realizados a cada 90 (noventa) dias pela junta médica do Município. Convocar os servidores cedidos, pois neste momento é de grande necessidade o retorno dos mesmos. Reiteramos nossa solicitação quanto à realização de auditoria especializada na referida área.

- Observamos também, quantidade excessiva de contratações de cargos comissionados (portarias), Orientamos que sejam realizadas as referidas contratações mediante avaliação de currículos, pois notamos que a qualidade dos serviços técnicos não estão sendo satisfatórios.

- Por fim, recomendamos ao Executivo Municipal e aos Senhores (as) Secretários (as), atenção especial quanto às questões pontuadas por esta Controladoria, pois a não providência caracterizará o não atendimento aos princípios legais e responsabilização dos gestores, pois todas as recomendações foram formalizadas aos Senhores (as) ao longo deste exercício, através de ofícios expedidos por esta Controladoria.

CONSIDERANDO que é da competência privativa da Câmara Municipal, conforme determina o artigo 31, § 2º da CF/88, julgar as contas prestadas anualmente pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO que com a aplicação de valor correspondente a **27,54%** dos recursos provenientes de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, com base no RREO do 6º Bimestre, restou atendida a exigência do artigo 212 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que resultaram plenamente satisfatórias as aplicações atinentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico – FUNDEB, notadamente no que tange à remuneração e valorização do magistério, de vez que o valor aplicado corresponde a **60,76%** dos recursos do aludido Fundo, cumprindo, destarte, o disposto no § 5º do art. 60 do ADCT da Constituição Federal c/c o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07;

CONSIDERANDO que os gastos em ações e serviços públicos de saúde, cujo percentual foi de **17,48%**, atenderam às exigências da Emenda Constitucional nº 29/2000;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL

CONSIDERANDO que a Administração Municipal cumpriu o disposto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 101/2000, posto que do total da Receita Corrente Líquida, foi gasto com pessoal o percentual de 52,21%, conforme consta no Relatório de Gestão Fiscal, quando o máximo estabelecido é de 54%, ultrapassando o limite de alerta de 48,60% da RCL, e o limite prudencial que é de: 51,30%.

CONSIDERANDO que, os balanços e demais demonstrações contábeis que compõem a presente Prestação de Contas, de maneira geral, apresentam adequadamente, nos aspectos relevantes, as posições orçamentária, financeira e patrimonial do Município, em 31 de Dezembro de 2015;

É DE PARECER que as contas do Poder Executivo do Município de Buritis - RO, relativas ao exercício de 2015, de responsabilidade do Senhor Oldeir Ferreira dos Santos (Prefeito Municipal), merece por parte da Controladoria Geral do Município **PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS REFERENTE O EXERCÍCIO DE 2015.**

Outrossim, solicitamos deste Douto Tribunal de Contas, que Recomende aos Gestores (as), das pastas supracitadas, sobre o não atendimento das recomendações realizadas pelo Controle Interno deste Município, para a IMEDIATA providências, pois já foram formalizadas e solicitadas por diversas vezes.

Sem mais...

É o relatório.

Buritis, 30 de Março de 2016.

Sônia Felix de Paula Maciel
Controladora Geral do Município
Dec. Dec.5272/GAB/PMB/2015



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL**

CERTIFICADO E PARECER DE AUDITORIA

EXERCÍCIO 2015

A Prefeitura Municipal de Buritis - RO, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, nos termos da Constituição Federal, art. 31; Constituição Estadual, art. 49; Lei Complementar Estadual nº 154, de 26.07.96, art. 35; e Instrução Normativa nº 013/TCER-04, de 18/11/04, encaminhou para exame o Balanço Anual de 2015, sob responsabilidade do Senhor Prefeito Municipal OLDEIR FERREIRA DOS SANTOS e Senhor DARCI APARECEDO VIEIRA, na qualidade de Contador Geral do Município, visto os apontamentos apresentados no Relatório de Prestação de Contas do Exercício 2015 e o cumprimento das metas Constitucionais de investimento em Saúde, Educação e demais cumprimentos, o Controle Interno emite **CERTIFICADO DE AUDITORIA**, a fim de **APROVAR AS CONTAS** do exercício de 2015, de acordo com recomendações elencadas no sucinto relatório.

Buritis, 30 de Março de 2016.

Sônia Felix de Paula Maciel
Controladora Geral do Município
Dec. Dec.5272/GAB/PMB/2015



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
CONTROLADORIA GERAL**

PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Em atendimento a Instrução Normativa nº 013/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Lei Complementar nº 154/96, atesto ter tomado conhecimento do Relatório do Órgão de Controle Interno, referente ao Exercício de 2015, da Prefeitura do Município de Buritis - RO, que vai acompanhado do Certificado e Parecer, além dos documentos pertinentes.

Assim, considerando o relatório e demais documentos apresentados, determino que os setores em que foram encontradas falhas, sejam novamente observadas suas causas e automaticamente sanadas por seus responsáveis.

Encaminha-se ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, juntamente com o Relatório do Controle Interno, Certificado e Parecer.

Buritis, 30 de Março de 2016.

OLDEIR FERREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal